REVISTA
MOSAICOS
Estudos em Governança, Sustentabilidade e Inovação | 2021 | v. 3 | n. 1

ISSN 2674-8258

ISAE Escola de Negócios

ISAE MESTRADO

REVISTA

MOSAICOS

Estudos em Governança, Sustentabilidade e Inovação

Mestrado ISAE

Mosaicos	Curitiba	v. 3	n. 1	p. 1-84	2021

Expediente

Editora-chefe:
Dra. Ariadne Farias (PPGS/ISAE)

Coordenação Editorial:
Dra. Isabel Grimm (PPGS/ISAE)

Conselho Editorial:
Dr. Norman Arruda Filho (PPGS/ISAE)
Dr. Ricardo Pimentel (PPGS/ISAE)
Dr. Josué Alexandre Sander (PPGS/ISAE)
Ms. André Francisco Alves (PPGS/ISAE)
Dra. Denise Regina Stacheski (UTP)
Dra. Larissa Warnavin (Uninter)

Corpo Editorial Científico:
Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio (PPGS/ ISAE, PPGDR/FURB,) IEA/USP e PPGCA/UNISUL/Instituto Ânima
Dr. Valdir Bernardini (PPGDTS/UFPR Litoral e MADE/UFPR)
Dra. Liliane Cristine Schlemer Alcântara (FACC/UFMT e PPGCA/UNEMAT)

Edição de texto e diagramação:
Dra. Ariadne Farias (PPGS/ISAE)
Erico Almeida (Marketing/ ISAE)

Normalização e indexação:
Ana Rocco (Bibliotecária CRB9/1934)

Apoio Técnico:
Alberto Pereira (TI/ISAE)

Secretaria:
Josiane Sassi (PPGS/ISAE)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Revista Mosaicos: estudos em Governança, Sustentabilidade e Inovação [Recurso eletrônico] / Mestrado Profissional em Governança e Sustentabilidade (PPGS) do Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul.

Vol. 3, n. 1 (2021) – Curitiba, PR: ISAE, 2021.
Anual.
Disponível em: http://revistamosaicos.isaebrasil.com.br

ISSN 2674-8258

1. Governança corporativa - Periódicos. 2. Sustentabilidade - Periódicos. I. Instituto Superior de Administração e Economia.

CDU 502:504

Bibliotecaria: Ana Rocco CRB9/1934

Os artigos publicados na Mosaicos são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles contidas não expressam, necessariamente, a opinião do ISAE.

Endereço para correspondência: ISAE
Escola de Negócios – Mestrado
Av. Sete de Setembro, 2775. Shopping Estação - Área Business 8º andar.
CEP 80230-010 Curitiba-PR.
Tel.: (41) 3388-7800

Sumário

Terceira Edição: polifonia de conceitos e abordagens voltados à governança e à sustentabilidade **4**
Ariadne Farias

(Des)governança climática no estado de Roraima: entrevista com o pesquisador Reinaldo Imbrozio Barbosa **5**
Marcelo Bedoni

ESG and net zero emissions targets: accelerating climate action through private sector voluntary commitments in Brazil **17**
ESG e metas de emissões líquidas zero: acelerando a ação climática por meio de compromissos voluntários do setor privado no Brasil
Thiago Assunção

Análise do cenário socioeconômico brasileiro: uma contribuição preliminar para a formulação de estratégias organizacionais **35**
Analysis of the socioeconomic Brazilian scenario: a contribution to the formulation of organizational strategies
Carlos Alberto Cioce Sampaio, Aurélio Faustino Hoppe, Henriette Damm

Inclusão e diversidade: pessoas com deficiência no mercado de trabalho **52**
Inclusion and diversity: people with disabilities in the labor market
Andrea Luiza Quaesner da Silva, Isabel Jurema Grimm

Sustainable tax systems: the importance of the creation of a tax system based on corporate environmental and social performance **71**
Sistemas tributários sustentáveis: a importância da criação de um sistema tributário baseado no desempenho ambiental e social corporativo
Alessandra Dabul

Terceira Edição: polifonia de conceitos e abordagens voltados à governança e à sustentabilidade

A **Revista Mosaicos: Estudos em Governança, Sustentabilidade e Inovação** apresenta a sua Terceira Edição e convida os leitores e leitoras para apreciar a diversidade de conceitos e abordagens apresentada por meio das temáticas dos textos selecionados. Nas primeiras páginas, a entrevista com o professor e pesquisador Reinaldo Imbrozio Barbosa, engenheiro florestal (UFRRJ) e doutor em Biologia Tropical (INPA), levanta algumas discussões pertinentes à governança climática no estado de Roraima e traz à reflexão estudos sobre a governança climática nos entes subnacionais no Brasil. A entrevista foi conduzida por Marcelo Bedoni, mestrando em Ciências Jurídicas na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Na sequência, o artigo elaborado por Thiago Assunção, propõe dois estudos de caso sob a perspectiva das dimensões *Environmental*, *Social and Governance* (*ESG*), com ênfase nas multinacionais e grandes empresas brasileiras, que passaram a definir metas de emissões líquidas zero, alinhadas com o Acordo de Paris. No segundo artigo, Carlos Alberto Cioce Sampaio, Aurélio Faustino Hoppe e Henriette Damm apresentam uma análise do cenário socioeconômico brasileiro, enquanto contribuição preliminar para a formulação de estratégias organizacionais. A pesquisa exploratória, com base em dados estatísticos, disponibiliza uma série de informações, de ordem demográfica, de saúde pública, infraestrutura, social e econômica, e demonstra tendências no período entre 1980 e 2020. O terceiro artigo, de autoria de Alessandra Dabul, traz uma análise inicial em torno das iniciativas *ESG* adotadas pelas empresas privadas. O texto, que compõe a seção especial desta Edição, parte do exemplo do mercado financeiro – instituições que promovem o apoio aos investimentos conectados às iniciativas *ESG* – e busca fazer comparações que observem uma possível alteração no tratamento da relação tributária. As autoras do quarto artigo, Andrea Luiza Quaesner da Silva e Isabel Jurema Grimm, propõem uma abordagem acerca da inclusão de Pessoas com Deficiência (PcDs) no mercado de trabalho, de modo a identificar as oportunidades de melhoria para enquadrá-lo nos preceitos de responsabilidade legal e social. As autoras destacam que a responsabilidade social se entrelaça à governança corporativa, que instrumentaliza a administração e o controle empresarial. A pesquisa apresenta o estudo de caso realizado em uma empresa do setor de varejo, localizada na cidade de Curitiba (PR).

Boa leitura!

Ariadne Farias
Editora-chefe

(DES)GOVERNANÇA CLIMÁTICA NO ESTADO DE RORAIMA: ENTREVISTA COM O PESQUISADOR REINALDO IMBROZIO BARBOSA[1]

Por Marcelo Bedoni[2]

Recebido: 27/08/2021. Aceito: 09/11/2021

Apresentação

O tema das mudanças climáticas parece que ainda não desembarcou completamente no Estado de Roraima, que fica situado na Região Norte do Brasil, mesmo já sendo possível constatar impactos locais nos ecossistemas, nas cidades e na sociedade. Essa afirmação inicial pode ser sustentada, principalmente, pela ausência de uma política pública para combater as mudanças climáticas, tanto pelo âmbito estadual, como pelos âmbitos municipais. No contexto das políticas estaduais, não existe qualquer insegurança em afirmar que o Estado de Roraima está caminhando em uma direção contrária aos demais Estados brasileiros, já que dos vinte e seis Estados, vinte já instituíram um arcabouço jurídico capaz de iniciar a implementação de uma política climática (Amorim, 2019; Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente [ABEMA], 2020a). Não há, ainda, qualquer fórum estadual ou municipal para discutir as mudanças climáticas com a sociedade civil organizada e a academia (ABEMA, 2020a). Mesmo diante da ausência de uma política climática e de fóruns institucionais, o governo do Estado de Roraima aprovou, recentemente, normativas que tangenciam o tema das mudanças climáticas, revelando, no mínimo, que o Estado não é completamente omisso (Decreto nº 29.710-E, 2020; ABEMA, 2020b). O fato, porém, é que o Estado, considerado como um importante ator na governança climática (Giddens, 2010), mostra sinais poucos efetivos no contexto político e geográfico de Roraima.

No entanto, a discussão em torno das mudanças climáticas encontra-se presente no Estado, merecendo destaques a atuação dos povos indígenas e as pesquisas elaboradas pela academia. Com relação ao primeiro grupo, é preciso lembrar que o movimento indígena de Roraima é uma das

[1] Engenheiro Florestal pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Doutor em Biologia Tropical (Ecologia) pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). É Pesquisador Titular do INPA, Professor do Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais da (UFRR) e Professor colaborador nos cursos de Pós-graduação em Ecologia e Ciências Florestais do INPA. E-mail: reinaldo@inpa.gov.br

[2] Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Mestrando em Ciências Jurídicas na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: marcelobedoni12@gmail.com

referências no contexto nacional e internacional (Macuxi, 2021). Esse protagonismo ocorre pelo nível organizacional dos povos indígenas, onde pode-se ressaltar o Conselho Indígena de Roraima (CIR), que conta com um departamento ambiental, liderado pela Sinéia Wapichana, que já desenvolve um conjunto de ações pelo clima nas comunidades indígenas (Wapichana, 2020). A academia, por seu turno, vem contribuindo com pesquisas de alto impacto, elaboradas principalmente por pesquisadores da área das ciências ambientais, no entanto, já existe um início de transversalidade em torno das discussões, podendo ser mencionada, como exemplo, uma monografia apresentada no Curso de Direito da Universidade Federal de Roraima (UFRR), sobre a litigância climática (Bedoni, 2021).

Diante desse atual cenário em Roraima, surgem discussões necessárias em torno da governança climática, já que de um lado, há um Poder Público pouco interessado no tema, e do outro, existem dois grupos que assumem o protagonismo pela sociedade civil. Porém, ainda existem poucos estudos sobre a governança climática nos entes subnacionais no Brasil, fato que chamou atenção de um grupo de renomados pesquisadores, quais sejam, Marcio Astrini, Gabriela di Giulio, Débora Sotto, Ana Maria Nusdeo e Wagner Costa Ribeiro (Instituto de Estudos Avançados da USP, 2021). Essa constatação se aplica perfeitamente no caso do Estado de Roraima, pois não existe nenhum estudo acerca da governança climática local.

Nesse sentido, a presente entrevista é o primeiro trabalho acadêmico que trata da governança climática no Estado de Roraima. Diante da ausência de informações disponibilizadas nos sites oficiais do governo estadual e dos governos municipais, uma pesquisa bibliográfica revela-se como um profundo desafio. Com isso, para inaugurar as pesquisas da governança climática, a entrevista mostrou-se um método efetivo para a colheita de dados, principalmente porque o entrevistado é um dos expoentes da academia, tendo uma vasta experiência local. Reinaldo Imbrozio Barbosa é pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e professor no Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Roraima (PRONAT/UFRR). A entrevista foi realizada no dia 31 de julho de 2021, por meio da plataforma meet, sendo logo em seguida transcrita e resumida, tendo o seguinte teor:

Bem, como pesquisador experiente, em algum momento você já foi chamado para trabalhar com agentes políticos do Estado de Roraima dentro da agenda climática regional e local?

R.I.B - Dentro da agenda climática não, só da agenda ambiental. Lembrando que a agenda climática e a agenda ambiental comungam do mesmo local, obviamente elas caminham por caminhos diferentes, mas não dar para ficar separando a agenda ambiental da agenda climática. Mas especificamente da agenda climática, nunca fui chamado.

Você tem conhecimento de alguma política pública estadual ou municipal que busque combater as causas e as consequências das mudanças climáticas no Estado de Roraima?

R.I.B - Talvez seja melhor primeiro falar da política nacional. A política nacional do Brasil foi instituída em 2009 e ela é o arcabouço para que os Estados qualifiquem as suas políticas estaduais. Só que passa se o tempo, passa se a política, passa os comandantes da política, passa o presidente, governadores e prefeitos, e em dezembro do ano passado (2020), o governo do Estado de Roraima estabeleceu uma política estadual de impulsionamento e desenvolvimento econômico baseado em baixas emissões de gases de efeito estufa, é o Decreto nº 29.710-E/2020. Ele dá um arcabouço geral, cria grupo de trabalho, para fazer esse debate, mas é uma política, de verdade, não climática, é uma política de desenvolvimento, em que visa a baixa emissão de gases de efeito estufa. Fora isso, concomitantemente a esse decreto, também veio o plano de desenvolvimento Roraima 2030, que muito lá distante fala sobre desenvolvimento sustentável associado às baixas emissões de gases. Mas novamente, são arcabouços gerais, eles não são específicos para a questão climática. As pessoas parecem que não entenderam direito, que não tem plano, não existe plano de desenvolvimento, se você não tem combate ao desmatamento ilegal, a mineração ilegal, a grilhagem de terra, tudo isso reflete diretamente na emissão de gases e, obviamente, estamos falando de mudanças climáticas. E as pessoas não têm acesso a dados que já estão disponíveis na internet. É inacreditável isso. Se você, por exemplo, pegar a base de temperatura e de chuva da cidade de Boa Vista, que é a cidade que tem uma série histórica maior, você já consegue ver que há um deslocamento das chuvas, elas estão mais concentradas nos meses de maio, junho, julho e agosto, e a temperatura, as máximas, já estão insuportáveis, a partir de setembro, outubro, novembro e dezembro. Então esses dados não são invenções da ciência, esses dados estão disponíveis inclusive em bases oficiais federais e estaduais. Então a mudança climática não é uma piada do ano, ou algo relacionado a invencionismo, muito pelo contrário. Então, regramento de desenvolvimento sustentável, não é só na Amazônia, em Roraima, é no planeta inteiro, passa pelo olhar muito importante das mudanças climáticas.

A sensação que o Decreto nº 29.710-E/2020 passa é que o Estado de Roraima está mais interessado em ganhar ônus da agenda climática, do que necessariamente assumir obrigações. Você também tem essa impressão?

R.I.B - A mesmíssima impressão. Eu não fiz uma leitura atenta e obviamente que eu li faz tempo, então pode ser que eu cometa algum equívoco, mas repetindo, ele é só um documento geral, ele não dá especificidade para combate a nada. Ele é um plano de desenvolvimento, se você olhar a

fundo, nas entrelinhas, é desenvolvimento agrícola. Então, obviamente, que agricultura, ecologia e mudanças climáticas não são paradoxos entre si, muito pelo contrário, elas precisam ganhar conjuntamente. Sem agricultura a população não come, não se alimenta. O problema é como você faz isso. Voltando para a pergunta, não tenha dúvida nenhuma quanto a isso. Eu tenho a mesma impressão. Uma coisa é o que eu escrevo no papel e quero ganhar ônus e outra coisa é a ação efetiva. Então até o momento, e agora em dezembro fará exatamente doze meses que tanto o Roraima 2030, como o Decreto 29.710-E/2020, foram instituídos, e eu não vi nenhuma ação concreta até o momento. Foi uma pena, porque foi um decreto e um plano com base em colegas do IPAM, que é o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Se você olhar, de verdade, é um texto muito bem escrito. Mas eu acho que eles não esperavam que fosse tão assim, descabida, a falta de compromisso com as ações efetivas. Lembrando que nós não podemos colocar culpa nas pessoas, de uma forma geral, sem tentar entender o processo histórico. O processo histórico de formação, do que é hoje o Estado de Roraima, é todo baseado no uso de recursos naturais. E quando eu estou falando de uso de recursos naturais, aqui em Roraima, estou falando de dois grandes ambientes: nas savanas, que nós chamamos aqui de lavrado, comumente, e dos recursos florestais. E todo ele é baseado nisso, porque a agricultura que foi fomentada aqui no Estado de Roraima, ela não foi fomentada com base somente em migrantes nordestinos, que vinham com baixa tecnologia, foi fomentada especialmente e especificamente por migrantes que vieram do sul do país, que trouxeram alta tecnologia, maquinário e expansão de agroindústria e agronegócio. E é necessário na visão agrícola desses migrantes sulistas que existam grandes áreas produzindo grãos, que são commodities internacionais, para conseguir recursos financeiros. Então a base da formação agrícola é mais ou menos o que providencia a exploração ambiental que está acontecendo aqui agora e é muito difícil quebrar essa corrente agrícola no agronegócio aqui local.

Você tem conhecimento de algum fórum de discussão institucional em Roraima, seja estadual ou municipal, para a agenda do clima?

R.I.B - Eu desconheço. Então, parece que todas as vezes que você vai para um órgão ambiental estadual ou municipal, parece que eles discutem, na verdade, processo de desenvolvimento que não tem nada a ver com mitigação do aquecimento global, muito pelo contrário. A maioria das ações que são programadas, fazem exatamente o papel inverso. Ou fazem o papel inverso ou são cegas, é o que está acontecendo. Eu achei muito interessante, se você olhar no PRODES, sobre as taxas de desmatamento, que aqui para a região amazônica o que emite gás de verdade é a mudança do uso da terra, e a mudança do uso da terra mais especificamente em áreas florestais, embora as regiões de

savana também emitam bastante. Então você vai ver lá que parece que Roraima está baixando o desmatamento de 2019 para 2021, mas é porque nós não entramos ainda no período que as florestas são realmente desmatadas, que é a partir de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro. Então, mais provavelmente, aquela taxa que hoje está negativa, pelo PRODES, ela tende a se tornar positiva, ou seja, nós provavelmente estamos aumentando o desmatamento local e isso não é debatido localmente. Estamos aumentando por dois grandes motivos. Primeiro, porque o desmatamento ilegal não é fiscalizado da forma que deveria, nem pelos órgãos federais, nem pelos órgãos estaduais. Os órgãos federais têm um problema de política federal clara, quer dizer, o governo federal atual deixa claro que tanto o IBAMA como o ICMBio são produtores de multas desnecessárias e a fiscalização só traz prejuízo ao país. Enfim, essa é uma política que vai depender de nós, trocar ou não, democraticamente. E no Estado é mais ou menos a mesma política, então, o governo estadual, embora não seja dito vocalmente sobre isso, trabalha, como se fosse na surdina, ou seja, eu falo que sou contra, mas não atuo contra a ilegalidade. Então, tanto a mineração ilegal quanto o desmatamento ilegal, crescem no Estado de Roraima. E crescendo cada vez mais, evidentemente, abaixa seu poder de mitigação dos gases de efeito estufa. Então, tanto aquele Decreto de 2020, como o plano Roraima 2030, são até agora apenas planos e repetindo, não vi até o momento nenhuma ação relacionada a isso e desconheço um fórum sério que esteja debatendo isso. Um fórum oficial que deveria ser a Assembleia Legislativa, até onde eu saiba, não o faz. Fóruns não governamentais, eu desconheço. Pode ser que existam, mas eu desconheço.

Dentro da Amazônia, existe algum estado que tem alguma política pública que possa ser notada assim como uma referência, ou todos os Estados estão deixando muito a desejar?

R.I.B - Lembrando que o momento político é outro. Então, sem querer politizar, mas uma coisa é um governo progressista, outra coisa é um governo retrógrado. Então, até o governo federal progressista, eu não estou discutindo o que aconteceu no passado, estou falando de política climática e política de meio ambiente, nós tivemos um avanço imenso. Então a política ambiental e a política de mudanças climáticas, de forma geral, tiveram suas bases montadas em governos progressistas. Então até aquele momento, os governos estaduais e municipais buscavam se alinhar a essa política, para obter recursos financeiros, para trazer para seus Estados e Municípios. Depois, agora para o final da década de 2010 e início da década de 2020, o cenário político é outro completamente diferente. Então, a mensagem que o governo federal me passa, eu me encaixo dentro dela. Quanto a conhecer os Estados, o Estado do Amazonas e o Estado do Pará, avançaram profundamente nessa coisa de políticas estaduais. O Estado do Amazonas, que eu tenho mais contato, chegou até a instituir a bolsa

verde para as comunidades do interior. Era uma bolsa pequena, quase um incentivo, mas tinha essa bolsa de incentivo. Do ponto de vista de outras políticas, um pouco mais profundas, eu quero lembrar que ONG's especificamente, associadas com agricultores familiares, se organizam em projetos para receber financiamento do Fundo Amazônia, que infelizmente, está meio que estagnado. Então esse financiamento para proteção dos recursos naturais, especificamente na Amazônia, nas florestas amazônicas, ele deixou de ser vinculado. Então os projetos via Fundo Amazônia, por exemplo. Não é que não haja outros fundos internacionais, haviam, mas eles deixaram de entrar por conta do recado que o governo federal emite não só para a sociedade civil local, como internacionalmente falando, também. Então eu diria que hoje estamos em um mar que a gente não sabe exatamente para onde navegar, porque a política federal, que orienta, que abre portas, para desenvolver políticas estaduais e municipais, não passa um recado firme. Ele não fecha a porta, porque se ele fechar a porta, internacionalmente falando, ele vai ser dilacerado economicamente, pode inclusive sofrer sanções, porque o Brasil está dentro de acordos internacionais. Mas apesar de não sair dos acordos internacionais, como os Estados Unidos fez com o Trump, por exemplo, e voltou agora com o Biden. Apesar de não sair, o recado que ele dá é o seguinte: olha, eu não saí, mas eu também não vou agir. É mais ou menos isso. Os governos estaduais, então, estão agora em compasso de espera, já não agem mais como agiam antigamente, porque o governo federal passa outro tipo de recado, diferente do que aquele governo progressista dava.

Do ponto de vista da proteção dos ecossistemas, o Estado de Roraima é um estado vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas?

R.I.B - São diferentes tipos de vulnerabilidades. Quando eu falo vulnerabilidade na Europa, eu estou falando de aumento da taxa de mortalidade humana, por exemplo. Quando eu falo aqui na Amazônia, tem um impacto nos ecossistemas, além do impacto direto no ser humano. Na Amazônia está acontecendo o seguinte, com o aumento da poluição atmosférica e o aumento da temperatura, o que está acontecendo. Quando eu falo de poluição atmosférica, estou falando de aumento de gases de efeito estufa, o gás de efeito estufa que mais em quantidade é lançado na atmosfera é o CO2, tanto é que ele é a base para a contabilização geral das emissões. Em tese, CO2 faz parte do processo de fotossíntese e aí, como se fosse uma alimentação para a vegetação, então quando você fornece mais alimento para as plantas, das árvores para a Amazônia, em tese, elas deveriam crescer mais e absorver mais esse gás carbônico. O problema não é mais esse, se eu te der 15 kg de comida por dia, você não vai ingerir esse 15 kg de comida por dia, vai lhe fazer até mal, inclusive. Então eu tenho um limite de absorção, ok? Então esse limite de absorção já foi atingido na Amazônia. Ele, em geral, está numa

média que já foi mais de uma tonelada de carbono por hectare. Os cálculos hoje são confusos, porque é muito difícil fazer esse cálculo, a Amazônia são várias "Amazônias", não é uma única Amazônia, mas se você levar em consideração que a média dos cálculos é mais ou menos meia tonelada de absorção por hectare, por ano, então já não é mais aquele número do passado. Fora isso, o que está acontecendo, apesar da floresta ter esse papel mitigador do aquecimento, capturando CO2 da atmosfera, ela sofre também com o calor. Então você imagina que da mesma forma que você sofre com o aquecimento global, com o aumento da temperatura, o aumento da umidade relativa do ar, com a floresta acontece a mesmíssima coisa. Quando eu falei que Boa Vista já mostra alguns sinais, para nós, de uma concentração maior de chuvas em poucos meses, assim como o alastramento do período seco, a floresta sente da mesma forma. Então, quando você fala em alastramento do período seco, você está falando que a umidade disponível para as plantas também é reduzida. Ela sofre um estresse, chamado de estresse hídrico. Algumas são mais resistentes que as outras, mas as que não são resistentes, morrem. Morrem e ou não dão lugar para nenhuma planta, ou dão lugar para plantas pioneiras, que são plantas que têm uma maior capacidade de adaptação, de tolerância, a esse aumento de temperatura e a redução da umidade. Então a Amazônia, segundo os trabalhos mais recentes, já está nos informando que aquele papel mitigador que a floresta tinha no passado, talvez já não seja mais o mesmo e pelo contrário, já esteja emitindo CO2 mais do que capturando. Só os futuros estudos para mais respostas sobre isso. Vou dar um exemplo aqui, na Ilha de Maracá, o local que eu trabalho também com dinâmica florestal, para tentar entender os impactos do aquecimento global na floresta. O que nós estamos vendo lá agora, nas áreas mais baixas, são as áreas que primeiro alagam e são as últimas a secar. A floresta, até que nem sofre tanto. Nas áreas mais altas, são as primeiras a secar e a última a encharcar. O que acontece, a taxa de mortalidade é maior nessas áreas mais altas, onde o lençol freático demora mais a alcançar as raízes das árvores. Então isso pode ser uma variabilidade normal, de um ano para o outro, pode, mas pode ser um sinal, um alerta, que na continuidade desse padrão climático e pela continuidade desse padrão de mortalidade, é provável que tenhamos uma outra estrutura florestal, diferente da que nós observamos hoje, com espécies mais tolerantes e a diversidade biológica da floresta talvez seja reduzida para espécies tolerantes e mais adaptadas, e as menos tolerantes e adaptadas, desapareceram. Quem sabe aquela que desapareceu podia ter em seu bojo um remédio, uma substância, para a cura de alguns tipos de câncer. Provavelmente se continuar nesse padrão, nunca mais saberemos.

E no lavrado, quais serão os impactos?

R.I.B - Eu gostaria de falar um pouco mais nessa pergunta, se você me permite. Eu quero falar que eu não gosto do termo “savanização”, porque é um termo preconceituoso, que foi adotado na década de 90, para chamar essas florestas que acabavam ficando sem a floresta. Então, como estavam sem a floresta, começaram a apelidar aquelas regiões dos ecótonos, que são florestas próximas de áreas abertas, de áreas sob savanização. Na realidade, isso é um termo preconceituoso, porque dar a impressão que savanização é algo de terceira qualidade, que pouco importa, que a gente não gostaria nem de estar próxima a ele. Mas savana, é um hotspot, todas as áreas abertas do planeta inteiro, são *hotspots*, *hotspots* de diversidade biológica. Então o termo savanização ele deveria ser substituído, na realidade, por degradação, ou áreas degradadas. Eu, e outro grupo de colegas, que militam na mesma ideia, congregamos da opinião de que savanização é um termo que deveria ser abolido para essas áreas degradadas. Savana é um outro tipo de origem climática, de longuíssimo prazo. No caso específico de Roraima, existem levantamentos que nos falam que existem vários habitats riquíssimos na savana local. E ela infelizmente e anualmente, se os meus dados não estiverem equivocados, ela incendeia ou pega fogo, pega fogo não, é ateado fogo nela, porque não pega fogo naturalmente, na base de 5 mil a 20 mil km2 em média, por ano. Os anos mais excepcionais, com o *el niño*, como em 1998, o lavrado de Roraima foi consumido em torno de 42 mil km2, naquele biênio, de 97 para 98, as nossas estimativas foram que o lavrado queimou por volta de 35 mil km2, quase o lavrado inteiro pegou fogo. Isso tem um impacto direto na vegetação e no solo também, porque acaba empobrecendo, por isso que você acaba emitindo vários compostos químicos para a atmosfera. O solo fica cada vez mais infértil. Então o problema é a frequência do fogo, que por vezes empobrece o lavrado. Então o fogo é um fator que mantém a estrutura do lavrado da forma como ele é hoje. Então ele é um fator mantenedor da estrutura do ecossistema. Só que a questão do ecossistema, atualmente, com o aumento da frequência do fogo e com o aumento do impacto antropogênico, por agricultura, por exemplo, está sendo modificada, vários habitats estão literalmente sumindo. Por exemplo, agricultura de alta tecnologia está passando por cima do que nós chamamos de lagos aqui em Roraima. Os lagos são vertedores de água limpa. Fora isso, além de passar por cima, quando você passa por cima você injeta também inseticida, fertilizante, que polui essa água que consegue passar pelo vertedouro e alimentando de forma poluente, esses, vou chamar, de pulsos d’águas subterrâneas, que vão alimentar da mesma forma os rios e os igarapés, que nós tomamos banho ou captamos água aqui na CAER, que é obrigada a gastar mais recursos financeiros para limpar a água. Então esse é um problema gravíssimo. Então, do ponto de vista da diversidade biológica, o lavrado está sendo impactado. Do ponto de vista do ciclo hidrológico, o lavrado está sendo impactado. E do ponto de vista do estoque de carbono, do papel mitigador, também está sendo impactado, porque aquela quantidade de massa,

que ele conseguia absorver e preservar para si, durante anos, hoje em dia tem uma frequência, hoje em dia não consegue mais. É como se um capim mal crescesse, secasse e queimasse. Então, provavelmente, e não existem cálculos em relação a isso, eu não fiz nenhum, desconheço alguém que tenha feito, provavelmente o lavrado está emitindo, também de forma líquida para a atmosfera, mais carbono do que absorvendo. Os dados que eu tenho do meu Doutorado, entre o final da década de 90 e início da década de 2000, dizem que naquela frequência de duas queimadas até três queimadas, por década, você já teria o aumento de uma tonelada de carbono sendo emitida por ano, por hectare, no lavrado. Então se duas a três conseguiam fazer esse estrago todo na atmosfera, imagine nessa frequência de agora, que está por volta, com certeza absoluta, acima de cinco.

Qual a sensação que você tem do tema mudança climática em Roraima? Você acha que estamos ainda muito distantes para a população compreender a emergência da situação que a gente se encontra?

R.I.B - É um tema completamente distante das pessoas. Mas lembrando, o sistema cultural local é baseado em dois grandes grupos: o grupo das comunidades indígenas, alguma coisa em torno de 50 a 60 mil indígenas, e os imigrantes, com os chamados pioneiros, que estão aqui há mais tempo. Esses chamados pioneiros imigrantes têm uma cultura dominante sobre a forma de como desenvolver o Estado. Então, a forma dominante de como desenvolver o Estado é apesar de ter o aquecimento global, apesar de entendermos o que isso significa, apesar de tudo isso, nós devemos partir para agricultura tecnificada, e agricultura tecnificada de larga escala. Lembrando mais uma vez que como o diálogo que os governantes nos passam é um outro diálogo, ou eu me encaixo no diálogo dos governantes, ou eu fico fora do sistema vigente.

Dentre os atores no Estado de Roraima, você acha que apenas os povos indígenas estão fazendo o dever de casa e todo o restante ainda falta muito com a agenda climática?

R.I.B - Ah, não tenha dúvida. Tenho quase 40 anos de Roraima e eu quase que peguei o início do protagonismo indígena aqui, com a criação do Conselho Indígena de Roraima, no finalzinho da década de 70, com o apoio da Diocese de Roraima. Mas eu acho fantástico que as comunidades indígenas estão totalmente colocando o dedo onde deve colocar, na ferida de todo mundo. Então, foi um povo, durante muito tempo, literalmente, esquecido, apagado, inclusive, dos livros de história. E atualmente possuem um protagonismo de forma magnífica. E o primeiro protagonismo, de verdade, que foi feito aqui, onde a participação indígena foi muito presente, foram na conferência de meio ambiente, 2003 e 2006, a primeira e a segunda, onde se formaram pulsos da comunidade e

participaram com representantes estaduais e em Brasília também. Então, hoje, inclusive, temos uma Deputada Federal, nossa, super representativa, que é a Joênia, que briga profundamente, infelizmente, isoladamente, é quase uma voz solitária, mas pelo menos já existe uma voz, coisa que não existia no passado, mas que já é escutada de alguma forma. Então vários projetos de lei, que visam mexer com as comunidades indígenas, visam desintegrar unidades de terras indígenas, visam, enfim, uma série de políticas públicas completamente desorientadas do futuro, totalmente voltadas para o passado. E as comunidades indígenas, especificamente aqui em Roraima, e mais especificamente do lavrado, que são muito organizadas, têm um protagonismo principal devido a proteção de um pedaço do lavrado, São Marcos, Raposa Serra do Sol, que se não tivesse essa proteção indígena, provavelmente já estaria nas mãos de grandes latifundiários, como estava até aqui há pouco tempo.

Por fim, o senhor, enquanto cientista, o que acha que uma política pública precisa ter para realmente combater as mudanças climáticas? Quais seriam as prioridades para uma política pública em âmbito estadual?

R.I.B - Olha, coisas importantíssimas, eu posso falar, por exemplo, o combate ao desmatamento ilegal, ao garimpo ilegal e à grilagem. Lembrando, desmatamento legal, o nome já está falando, é legal porque tem o planejamento e a organização do poder público e a autorização. Isso é importante que tenha, porque pequenos agricultores precisam desmatar, que seja no limite de 3 hectare por ano, sem nenhum problema quanto a isso. Vão fornecer alimentos para ele e o excedente para os centros urbanos, é fantástico. O desmatamento ilegal tem que ser combatido do ponto de vista legal, ou seja, dentro da legislação pertinente e ela existe. O problema é quando o poder público se omite em aplicar por meio de diferentes formas. No caso específico da Amazônia, primariamente, combate ao desmatamento ilegal, combate a grilagem de terra e combate ao garimpo ilegal. O outro lado da moeda, tem a ver com o setor energético. É, essas formas que nós conhecemos hoje em dia, queima de petróleo, hidrelétrica, são formas que nós já estamos entendendo como formas ultrapassadas. Então, me parece que de forma mais inteligente, que usa os recursos naturais eólicos e solares, muito mais inteligentes. Boa Vista é um local privilegiado para energia solar, mesmo na estação chuvosa tem sol e quando não tem sol, tem claridade. As placas solares absorvem aquela claridade. Então você pode dizer que você tem energia solar o ano inteiro. A outra, eólica, é vento, Roraima, se você for olhar o mapa da Eletronorte, sobre áreas potenciais para instalação de usinas eólicas, o extremo norte de Roraima é quase todo em vermelho, porque é uma área super em potencial, que é correspondente ao lavrado de Roraima. Então é outra forma de lidar, inteligente, de você deixar de queimar petróleo e deixar de construir usinas hidrelétricas. Então essas formas, menos produtivas

de energia elétrica, devem ser descartadas, porque elas além de emitir e gastar uma enormidade de recursos financeiros e impactar negativamente o ambiente, emitem milhões de gases de efeito estufa. Essas formas que usam petróleo e biomassa, que vem da área florestal, porque quando você queima resíduo de cana de açúcar, isso para mim é uma forma inteligente, mas no nosso caso especificamente, nós não temos resíduos de cana de açúcar, então se queima a floresta, você queima a floresta, não tem jeito. Então, para mim, são formas pouco inteligentes. Talvez se o governo estadual implementasse uma política pesada, firme, de incentivo, a energia eólica e solar, talvez, tivéssemos um direcionamento um pouco mais limpo para Roraima.

Referências

ABEMA. (2020a). *Como contribuir para criar e implementar políticas públicas sobre mudança do clima?*: Guia para estados e municípios. SPIPA. https://www.abema.org.br/midias/publicacoes/543-politicas-publicas-sobre-mudanca-do-clima

ABEMA. (2020b). *Boas práticas estaduais pelos compromissos climáticos*. SPIPA. https://www.abema.org.br/midias/publicacoes/524-boas-praticas-estaduais-pelos-compromissos-climaticos

Amorim, A. (2019). *Leis climáticas dos estados brasileiros*. Instituto Clima e Sociedade. https://59de6b5d-88bf-463a-bc1c-d07bfd5afa7e.filesusr.com/ugd/d19c5c_1b1a5c5565e54dd2b421d815fca253b5.pdf

Bedoni, M. (2021). *Como a balança pode equilibrar o termômetro*: Judicialização estrutural da política climática brasileira. Universidade Federal de Roraima, Bacharelado em Direito.

Decreto nº 29.710-E, de 9 de dezembro de 2020. Institui Política Estadual de Impulsionamento do Desenvolvimento Econômico-Ambiental de Baixas Emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal, e dá outras providências. https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=405863

Giddens, A. (2010). *A política da mudança climática*. Zahar.

Instituto de Altos Estudos da USP. (2021). *Governança climática na experiência brasileira:* avanços e desafios [arquivo de vídeo]. https://www.youtube.com/watch?v=x_MCeUDuqVE&t=10262s&ab_channel=InstitutodeEstudosAvan%C3%A7adosdaUSP

Macuxi, I. (2021). Entrevistado por Bedoni, M.; Barros, J. M. A.; Santos, M. T. dos; Andrade, Z. K. S. A advocacia como mais uma frente de luta para os povos indígenas: entrevista com Ivo Macuxi. *InSURgência: revista de direito e movimentos sociais*, 7 (2), 17-41. https://doi.org/10.26512/insurgncia.v8i2.38567

Wapichana, S. (2020). Entrevistada por Cardoso, T. M. Entrevista com Sinéia Wapichana. *Coletiva*. https://www.coletiva.org/entrevista-sineia-wapichana

ESG and net zero emissions targets: accelerating climate action through private sector voluntary commitments in Brazil*

ESG e metas de emissões líquidas zero: acelerando a ação climática por meio de compromissos voluntários do setor privado no Brasil

Thiago Assunção[1]

Recebido: 30/10/2021. Aceito: 15/11/2021

Abstract
The ESG discourse has gained track in Brazil lately, and with it, the awareness on the climate change emergency by the private sector. To tackle that issue, a global net zero emission target was set by science (IPCC) to 2050, and many campaigns and networks started to stimulate joint collective action from different stakeholders, including enterprises. The paper seeks to demonstrate, in that scenario, how and why many multinational companies and large Brazilian enterprises, started to set net zero emissions goals, in line with the Paris Agreement. It is analysed two case studies, exemplifying that course of action. The research concludes by pointing that to be credible those net zero targets should detail which short and medium term actions would be taken to achieve climate neutrality, and include all sources of emissions from the companies.

Keywords: Net zero emissions. Climate Neutrality. ESG and Climate. Climate Action.

Resumo
O discurso ESG ganhou espaço no Brasil nos últimos anos, e com ele a conscientização sobre a emergência das mudanças climáticas por parte do setor privado. Para enfrentar a questão, uma meta global de emissão líquida zero foi definida pela ciência (IPCC, 2018) para 2050, e muitas campanhas e redes começaram a estimular a ação coletiva conjunta de diferentes partes interessadas, incluindo empresas. O artigo busca demonstrar, nesse cenário, como e por que muitas empresas multinacionais e grandes empresas brasileiras, passaram a definir metas de emissões líquidas zero, em linha com o Acordo de Paris. São analisados dois estudos de caso, exemplificando essa linha de ação. A pesquisa conclui apontando que para serem credíveis, essas metas de emissões líquidas zero devem detalhar quais ações de curto e médio prazo serão tomadas para alcançar a neutralidade climática, e também incluir todas as fontes de emissões da empresa.

Palavras-chave: Emissões líquidas zero. Neutralidade Climática. ESG e Clima. Ação Climática.

1. Introduction

* Paper presented and selected for publication at CR3+, the 8th International Conference in Corporate Responsibility, Sustainability, Governance and Innovation - Shaping a sustainable future, in October 2021, Curitiba, Brazil.

[1] Professor of International Relations at Positivo University. ESG and Sustainability Consultant. Researcher on sustainable finance at Stanford University (USA). PhD in International Law at University of Sao Paulo (USP), with a period as visiting researcher at University of Geneva (Switzerland). Masters in Peace Studies: Human Rights, International Cooperation and Policies of the European Union, at University of Rome III (Italy). Member of the Latin American Climate Lawyers Initiative for Mobilizing Action – LACLIMA. Former GGF2030 Fellow of the Global Public Policy Institute (Germany). Contact: thiago_assuncao@hotmail.com

Climate change starts to be finally recognized as the main challenge of our era. To face it, the global economy will have to speed up a major shift towards decarbonisation. That transformation will require a huge amount of resources, hence the role of the private sector is crucial. The financial market has recently awakened to the need of prioritizing investments in companies, which have a sound management of their environmental, social and governance (ESG) aspects. The ESG discourse has gained strength in Brazil, and is being increasingly used by financial advisers, banks and managers to select assets according to their impacts and performance in those areas.

The climate emergency is at the forefront of that trend, with many enterprises pledging emissions reductions and carbon neutrality goals. This study explores the interplay between the emerging ESG agenda, and the corporate climate change action in Brazil. It analyses the main concepts involved, exploring the literature on the subject, but also looking to recent facts involving the creation of networks, which stimulate companies to reach net zero emissions in the long run. The results point to the fact that the net zero movement is just beginning, and despite large businesses start to announce net zero commitments, in doing so they have to show how they would reach that, and also enable immediate action, without postponing the problem.

2. Environmental, Social and Governance: the ESG boom in Brazil

The term ESG was first coined in 2005 in a landmark study entitled "Who Cares Wins". The study was demanded by the United Nations (UN) Secretary General Kofi Annan to the UN Global Compact and the International Finance Corporation. The query was how to integrate environmental, social, and governance concerns into capital markets. The report concluded that embedding ESG criteria in capital markets makes good business sense, bringing sustainability to the markets and better outcomes for society[2]. In parallel, the United Nations Environment Programme Finance Initiative (UNEP-FI) produced the so-called "Freshfield Report", which showed that modern interpretation of fiduciary duty includes "the consideration of ESG issues in investing decision-making"[3].

[2] UN Global Compact (2004). Who Cares Wins: Connecting Financial Markets to a Changing World. https://bityli.com/2pcK1

[3] FRESHFIELDS, Bruckhaus, Deringer (2005) A Legal Framework for the Integrations of Environmental, Social, and Governance Issues into Institutional Investment. Study for the Asset Management Working Group of the UNEP Finance Initiative. http://www.unepfi.org/fileadmin/documents/freshfields_legal_resp_20051123.pdf

Looking to the market news, moves that are more recent have taken ESG to the spotlight. BlackRock is the world's largest investment fund manager, managing around US$ 9 trillion in assets in major global markets. In his 2018 annual letter to clients and investors, Blackrock CEO Larry Fink stated "to thrive, every company will have to deliver not only financial performance, but also show how it makes a positive contribution to society"[4]. In his 2020 letter, Fink places sustainability at the heart of corporate-managed investments, stating "sustainability-integrated portfolios can provide better risk-adjusted returns to investors"[5].

This is just an example that symbolizes how capital market players have started to understand the compelling need to prioritize investments on companies that have solid management from an environmental, social and governance (ESG) point of view. Since then, best ESG practices have been receiving more and more attention worldwide, as they are associated with businesses with better results, given the multiplication of risks associated with reputation, climate and environment as a whole[6].

Considering the Brazilian scenario, it is clear that part of the private sector started to take the lead on ESG actions, especially in the area of climate change, also due to the negations position of the current Brazilian administration and other controversial environmental policies[7].

In fact, in July 2020, 17 former finance ministers and presidents of the Brazilian Central Bank (with different political views) proposed, in an open letter, guidelines for the development of a low-carbon economy in Brazil[8]. "We defend that the criteria for reducing emissions and the stock of greenhouse gases in the atmosphere, and for resilience to the impacts of climate change, are integrated into the management of economic policy. These criteria are and will increasingly be based on technologies compatible with increasing the productivity of our economy, generating jobs and reducing inequality in Brazil", they have stated. "The damage caused by deforestation has led several important commercial partners and foreign investors in

[4] FINK, Larry. Larry Fink's 2018 letter do CEOs. https://www.blackrock.com/corporate/investor-relations/2018-larry-fink-ceo-letter
[5] FINK, Larry. Larry Fink's 2020 letter do CEOs. https://www.blackrock.com/corporate/investor-relations/2020-larry-fink-ceo-letter
[6] World Economic Forum (2020). *Global Risks Report* https://reports.weforum.org/global-risks-report-2020/
[7] Struck, Jean-Philip. (2019). Em Berlim, Salles questiona contribuição humana na mudança climática. Deutsche Welle. https://bityli.com/qRShZ
[8] Instituto Clima e Sociedade (2020). 17 ex-ministros e presidentes do Banco Central assinam carta coletiva pela recuperação econômica
https://www.climaesociedade.org/post/convergencia-pelo-brasil

Brazil to vehemently express their discontent and concern, which will certainly translate into lower trade and investment flows in the country", highlights the document[9].

In the same month, more than forty companies and institutions delivered to Vice President Hamilton Mourão, a Statement of the Brazilian Entrepreneurial Sector, which proposes coordinated action from different economic sectors towards sustainable development in Brazil. Signed the document giant companies such as Ambev, Grupo Boticário, Itaú, Natura, Lojas Renner, Klabin, and others[10]. The initiative, articulated by the Brazilian Business Council for Sustainable Development (CEBDS), sought to mark the position of the business sector after a letter signed by 29 foreign investors, managing assets of US$ 4.5 trillion, questioning their investments in the country if the government does not change its environmental policy[11].

As seen, ESG is gaining importance as investors decide which project to invest their money in it. This agenda has been considered a way to identify which organizations take risk management seriously, affecting the company's sustainability and resilience in the long term, and therefore, revealing those who would have greater capacity to face market challenges in the future. This way, not only the company's financial health, but also social, environment and associated ethical considerations become part of the investment analysis.

That considered, disclosing ESG data nowadays is not only a sign of a company's transparency, but also a strategy that aims to positively affect the organization's reputation and competitiveness in the market for both consumers and investors.

3. Climate Change action

In 1992, the United Nations Organization established the Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), which aims to contain the emission of gases that accelerate the greenhouse effect, so that it is possible to control global warming while there is still time to act. Within the scope of the UNFCCC, an international panel was created, composed of experts in the area, the IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change).

[9] Idem.
[10] CEBDS (2020). Em reunião com Mourão, empresários cobram medidas sobre desmatamento ilegal. https://cebds.org/em-reuniao-com-mourao-empresarios-cobram-medidas-efetivas-de-combate-ao-desmatamento-ilegal/#.YSbR5o5KiUk
[11] Philips, T. (2020). Trillion-dollar investors warn Brazil over 'dismantling' of environmental policies. *The Guardian.* https://www.theguardian.com/environment/2020/jun/23/trillion-dollar-investors-warn-brazil-over-dismantling-of-environmental-policies

The IPCC has the objective of providing adequate and relevant scientific, technical and socioeconomic information for the understanding of climate change and its potential impacts, and the options available for their mitigation, as well as adaptation to their unavoidable effects. The panel won the Nobel Peace Prize in 2007 along with former US Vice President Al Gore, for their work to raise global awareness on climate change. It does not carry out its own research, only conducting periodical review of all research published on the subject in the world, and summarizing its main conclusions.

Thus, the IPCC publishes periodic scientific reports on the "state of the art" on climate change in the world, creating syntheses of these reports for the media and decision makers. The 5th IPCC Report, published in 2014, pointed out that the climate system is being disturbed by human action, and climate change poses serious risks to natural and human systems. Changes in climate have been impacting natural and human systems on all continents. Among the evidence detected are changes in trends of rainfall, reduction in permafrost areas, reduction in glaciers, and changes in migration and habitat of various animal species, both on land and at sea. Moreover, climate change is already impacting food production, with extreme weather events affecting crops and putting in risk food security in different countries, especially the most vulnerable ones.

Recently, in August 2021 it was published the first part of the 6th IPCC assessment. In a nutshell, it has found that unless there are immediate, rapid and large-scale reductions in greenhouse gas emissions, limiting warming to 1.5°C or even 2°C, will be beyond reach. The report also projects that in the coming decades climate change will increase in all regions, increasing heat waves, and in case of 2°C global warming, some regions can reach critical tolerance thresholds for agriculture and health in the next 20-30 years[12].

In addition, the water cycle is being severely affected, unbalancing rainfall and causing more frequent floods and droughts; coastal areas will see continued sea level rise, contributing to more frequent and severe coastal flooding in low-lying areas and coastal erosion; changes to the ocean, including more frequent marine heatwaves, ocean acidification, and reduced oxygen levels will affect both ocean ecosystems and the people that rely on them; and many cities will suffer more frequent heat waves and flooding from heavy precipitation events[13]. Needless to

[12] IPCC, Working Group I (2021). Climate Change 2021: the Physical Science Basis. *First instalment of the IPCC's Sixth Assessment Report (AR6)*, to be completed in 2022. https://www.ipcc.ch/2021/08/09/ar6-wg1-20210809-pr/

[13] Idem.

say, those continuous events will cause incalculable damages for people and institutions, costing a huge number of financial resources, including from companies of all sizes and sectors.

The response of the world to confront this catastrophic scenario relies on the Paris Agreement, signed in December 2015, in which the international community has pledged to limit the temperature rise to "well below 2°C", and to continue efforts to limit the temperature rise to 1.5°C, a limit of what is considered relatively safe by the science. The basic mechanism of the Paris Agreement consists on each State disclosing its voluntary national goals, the so-called Nationally Determined Contribution (NDC). Each country's NDCs contain the targets of emissions reduction and the goals each government considers feasible to achieve, considering the national social and economic scenario. It was also agreed that developed countries will fund US$ 100 billion a year in measures to combat climate change and adaptation in developing countries, starting from 2020.

Brazil has a privileged starting point within the global movement of reducing carbon emissions, considering it has an electric matrix of around 82% from renewal sources[14], one of the cleanest in the world, apart an ethanol fleet operating for decades. In addition, the country has a large territory with potential of investments on afforestation and reforestation, which if properly conducted can lead to immediate carbon sequestration from the atmosphere.

In Brazil, inclusion and diversity is also an important part of the ESG agenda, considering the country's rooted racial and gender inequality. Globally, the ESG discussion has climate change as its main driver. In that scenario, many Brazilian companies started to announce plans to decarbonize their operations, following different initiatives, networks and campaigns that have been set up, as demonstrated below.

4. Net zero emission: the 2050 target

Net-zero emissions by 2050 is the level of ambition the IPCC found is necessary to hold global warming to 1.5°C and avoid some of the worst impacts of climate change[15].

Considering the acceleration of the ESG agenda in the last five years, connected to the Paris Agreement and the emergence of a new climate economy, the corporate world started to see the multiplication of carbon neutrality pledges by large companies.

[14] Empresa de Pesquisa Energética (2020). https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica
[15] IPCC (2018). Special Report Global Warming of 1.5 ºC. https://www.ipcc.ch/sr15/

In 2019, Nestlé, Repsol, ThyssenKrupp and Vale were among the companies, which announced their intention to become carbon neutral by 2050, and in 2020 Ford, Foxconn, BP and American Airlines did the same[16].

Those targets carry several different climate action initiatives, such as reducing considerably GHG emissions, investing in clean energy to reach zero emissions electricity in the balance, and compensating the residual emissions with carbon offsets, acquiring carbon credits in the market.

5. Collective initiatives do stimulate joint climate action

An interesting development of the corporate decarbonisation strategy has become the creation of partnerships, networks and global movements which gathers and promote the adoption of ambitious net zero targets. Before looking to net zero plans of individual enterprises, it is noteworthy to look to the most important of such initiatives, and how they have been operating.

a) Climate Ambition Alliance

An important initiative fostered by the UNFCCC is the Climate Ambition Alliance. Launched in the 2019 Climate Action Summit by the Governments of Chile and United Kingdom, the Alliance was soon joined by 120 governments, which have committed to come forward with plans to reach net-zero emissions by 2050, and to submit more ambitious subsequent NDCs. Since then, countries covering around 70% of global GDP have made net-zero commitments.

Brazil was among them, after the Brazilian President has announced the anticipation in 10 years of the country's previous target of climate neutrality. It has passed from 2060, in the updated NDC issued in December 2020, to 2050 as declared in the Leader's Summit on Climate, convened in April 2021 by President Biden.

[16] Geck, M. (2020). Seven major companies that committed to net-zero emissions in 2020. https://www.unpri.org/pri-blog/seven-major-companies-that-committed-to-net-zero-emissions-in-2020/6909.article

However, the current Brazilian administration is seen as unreliable in that respect, given its heavily criticized performance in the area of environmental protection, with deforestation levels rising especially in the Amazon region[17].

In any case, it seems unlikely that Brazilian institutions, civil society and business sector ignores that goal in the long term, considering the country in practice is an ecological power, with a huge potential to monetize its environmental services, mainly through forests conservation, clean energy and the generation of carbon credits.

b) Race to Zero

In parallel to those governmental pledges, which are often vague and in practice depend on a number of other actors to become reality, it was very opportune the launch of the business oriented Global Campaign "Race to Zero".

Led by the High-Level Climate Champions for Climate Action, Nigel Topping from United Kingdom, and Gonzalo Muñoz from Chile, Race to Zero mobilizes actors outside national governments to join the Climate Ambition Alliance, targeting companies, cities, regions, financial and educational institutions, and encouraging all of them to take immediate action to halve global emissions by 2030, with the aspiration to deliver a zero-carbon world in time to prevent a disastrous climate future[18].

Those who join the campaign commit with "reducing emissions across all scopes swiftly and fairly in line with the Paris Agreement, with transparent action plans and robust near-term targets"[19]. Up to now, over 3,000 organizations have joined the Race to Zero campaign, and as net zero commitments start to proliferate, the UN-supported campaign has published the minimum standards to be considered by businesses, investors, cities and regions for credible net zero commitments.

Moreover, considering the technical complexity and the continuous science development in the area, there was a review process led by the University of Oxford and the independent "Expert Peer Review Group", whose outcomes were reinforcing the need for clear

[17] Spring, J. (2021). Brazil's Amazon deforestation surges 67% in May as Bolsonaro pledges fall flat. *Reuters*. https://www.reuters.com/business/environment/brazils-amazon-deforestation-surges-67-may-bolsonaro-pledges-fall-flat-2021-06-11/

[18] More information available at: https://racetozero.unfccc.int/

[19] UNFCCC. Campaign Race to Zero (2020). https://www.theclimategroup.org/join-race-to-zero

midterm targets, emphasizing the focus on immediate climate action, and clarifying some specificities regarding the technical language to be used[20].

c) Business Ambition for 1.5°C

In addition, the United Nations Global Compact, in partnership with the campaign Race to Zero and others, have created the "Business Ambition for 1.5°C"**,** a call to action from a global coalition of UN agencies, business and industry leaders.

It calls on companies to commit by setting ambitious science-based emissions reduction targets, through the Science Based Targets Initiative (SBTi)[21]. By setting a net-zero target in line with a 1.5°C future, businesses can make their critical contribution by limiting the worst impacts of climate change. So far, over 600 companies, representing more than US$13 trillion in market cap, have responded to the open letter and signed the Business Ambition for 1.5°C commitment[22].

d) We mean Business Coalition

Coming from the non-profit sector, there is also an important movement being developed in the area of climate action, called "We mean Business Coalition". With the purpose of driving collaborative leadership to solve the climate crisis, the Coalition is composed of a core group of seven business-oriented climate non-profit institutions, united for the goal to catalyse business and policy action to halve emissions by 2030, and accelerate an inclusive transition to a global net-zero economy by 2050[23].

We mean Business Coalition is composed by the most active third sector organizations in the area of private climate action, like the World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) and CDP (former Carbon Disclosure Project)[24]. They orient business leaders and organizations to adopt good practices such as giving carbon an internal price, in order to plan and manage the organizations' investments on emissions mitigation and

[20] UNFCCC. Campaign Race to Zero (2020). https://racetozero.unfccc.int/the-race-to-zero-strengthens-and-clarifies-campaign-criteria/

[21] The Science Based Targets initiative (SBTi) drives ambitious climate action in the private sector by enabling companies to set science-based emissions reduction targets. Available at: https://sciencebasedtargets.org/

[22] UN Global Compact (2020). Business ambition for 1.5°C. Secretariat, *Caring for Climate.* https://www.unglobalcompact.org/take-action/events/climate-action-summit-2019/business-ambition

[23] We Mean Business Coalition. Available at: https://www.wemeanbusinesscoalition.org/about/

[24] CDP was created in 2000, departing from the need of investors and equity managers to understand the risks associate with carbon management. CDP creates transparency on environment impact, by asking the institutions to disclosure on their climate performance. https://www.cdp.net/

compensation; engage responsibly in the ongoing discussions on climate policy; and implement the recommendations of the Task Force on Climate Related Financial Disclosures (TCFD)[25].

e) Climate Action 100+ Net-Zero

Climate Action 100+ is a 5-year investor-led initiative aimed to engage systemically important greenhouse gas emitting companies, accounting for two-thirds of global industrial emissions, and other companies which have a long away forward to advance a transition to a low-carbon economy and contribute to the Paris Agreement objectives.

Climate Action 100+ builds on pioneering investor engagements conducted since 2012 by the regional networks of investors that, together, form the Global Investor Coalition on Climate Change. The initiative covers the companies responsible for more than 80% of the global industrial emissions, engaging nowadays 600 investors managing $ 55 trillion dollars, with 167 participant companies. The list counts with big and well-known corporations from different sectors, especially in the oil and gas industry, but also electronics and transport, such as: Airbus, Bayer, ENEL, Exxon Mobil, Nestlé, Panasonic, PEMEX, Philips, Procter & Gamble, Toyota, Petrobras, Siemens, Total, Vale, Volkswagen.

The Climate Action 100+ requires three basic steps from the companies: implementing a governance structure to address climate change, in connection with the board of directors; take actions to reduce GHG emissions in the value chain, consistent with the objectives of the Paris Agreement; adopt dissemination practices in line with the recommendations of the Taskforce on Climate-Related Financial Disclosures - TCFD[26].

The most important contribution of the Climate Action 100+ so far is the development of the "Net-zero Company Benchmark", which creates a metric capable of providing scores to companies against a set of criteria of climate change data disclosure. Among the indicators, the initiative seeks to understand if the companies have or not a decarbonisation plan, a clear climate governance, and net zero ambitions for 2050 or before.

What the Climate Action 100+ Benchmark has revealed so far is that, as of today, no focus-company is in line with what is needed, according to the best available science

[25] Task Force on Climate Related Financial Disclosures (TCFD) releases climate-related financial disclosure recommendations designed to help companies provide better information to support informed capital allocation. https://www.fsb-tcfd.org/

[26] Climate Action 100+ Available at: https://www.climateaction100.org/approach/the-three-asks/

(IPCC), to stabilize the climate at relatively safe levels for humanity[27]. In addition, some companies are setting net-zero commitments by 2050 or earlier, but many more have not implemented short and medium-term GHG reduction targets as required.

Those conclusions are very relevant for grounding the analysis of the companies who have been setting net zero commitments. Below we can see a chart in which the indicators set by the initiative are mensurated among the participant companies.

6. Setting a net zero commitment

When a company discloses that it has a carbon neutral target, it means that it has made a calculation on the amount of carbon dioxide emitted during its activities, and that it has a plan to absorb that carbon. There are three kind of emissions (called scopes) that can be neutralized by companies:

a) Emissions over which the company has control. They come from operations that use fossil fuels such as diesel, natural gas, coal, gasoline, for example. One way to reduce these emissions is to replace fossil fuel used in individual transportation to other means.

b) Emissions indirectly caused by the purchase and consumption of electric or thermal energy to carry out the company's activities. To reduce emissions on this front, the company should seek energy efficiency measures, such as installing thermal insulation for hot surfaces to consume less energy during the heating process, or opting for energy-efficient lamps instead of incandescent ones.

c) Emissions that occur from sources that do not belong or are not controlled by the company. They occur in the value chain, that is, they are emissions from suppliers, outsourced transport and other external stakeholders. If the company has service providers, one way to reduce emissions is to opt for carriers that only use biofuels.

Noteworthy, the search for carbon neutrality does not oblige the company to reduce emissions in all scopes at the same time. It can choose which source is going to be prioritized to start with. The emissions which for some reason cannot be reduced, due for instance to a lack

[27] Climate Action 100+ (2020) Progress Report. https://www.climateaction100.org/news/climate-action-100-progress-report-records-accelerated-company-commitments-to-net-zero-emissions-but-gaps-remain/

of applicable technology, can then be compensated through external emission reduction projects and carbon credits.

It is important to understand that what the companies should do in the first place is to reduce their emissions as much as possible. Only the amount of GHG emissions which was not possible to reduce, it can compensate through carbon removal projects such as afforestation.

7. Example of companies with net zero targets in Brazil

Some companies lead the climate change agenda in Brazil. They have come out ahead, anticipating the current momentum in which concern about climate change is on the rise and has finally become mainstream. Among them is Natura and Votorantim, whose cases are studied below.

7.1 Natura

Among them is Natura, a cosmetics company that uses most of its raw material from the Amazon region. Natura focuses on biodiversity protection and commits to use its resources in a conscious manner, combining the cosmetic science with the traditional knowledge of the communities involved, making its Brazilian social and biodiversity supply chain as sustainable as possible.

As early as 2007, Natura launched the Carbon Neutral Programme to measure, reduce and neutralize its GHG emissions, reaching 100% of carbon neutrality in its products through consistent emissions reductions, but also providing support to 38 compensation projects in the areas of energy efficiency, agroforestry, forest restauration and conservation[28].

The company measures the emissions from the entire value chain, encompassing scopes 1, 2 and 3 (indirect emissions), whereas most companies only measure scopes 1 and 2. And in an early stage, since 2009 the company links its GHG emissions indicators to the company's profit share plan, rewarding their executives and employees in case of improvements in the area of climate change action[29].

Moreover, in an innovative way, the company undertakes the valuation of the socioenvironmental impacts generated by its offsetting projects through the SROI – Social

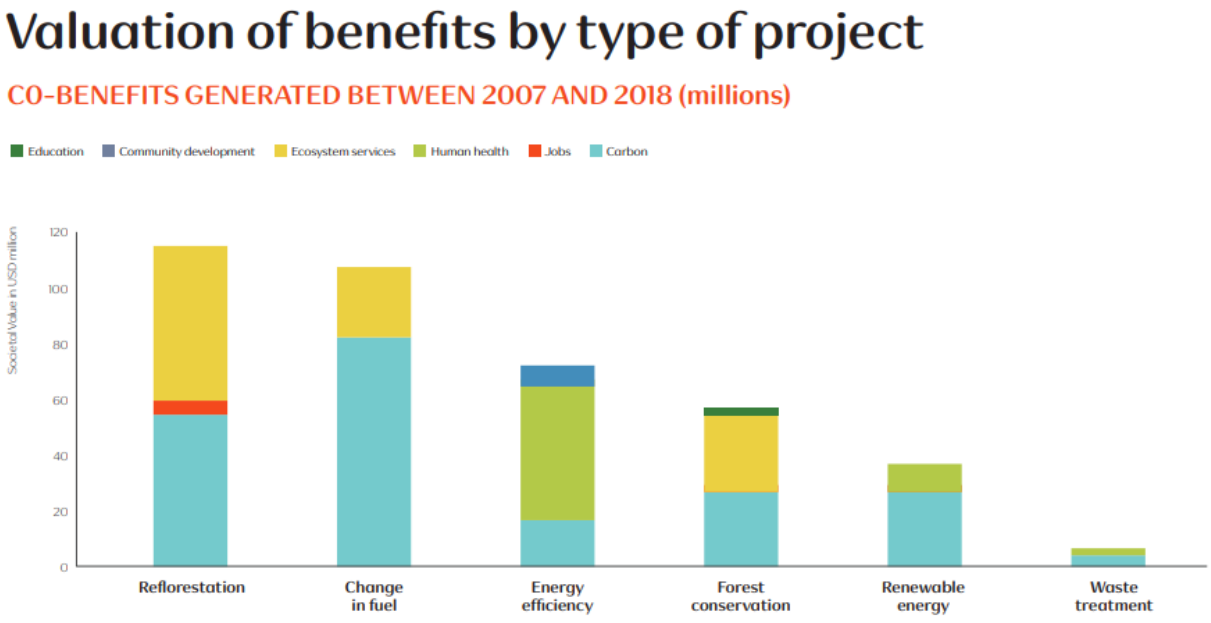
[28] Natura (2019). Carbon Neutral Programme Report. https://static.rede.natura.net/html/2019/carbono_neutro/natura_co2_en.pdf
[29] Idem.

Return on Investment. That methodology of social impact measurement departs from observation that "evaluations or monitoring of projects and programs often focus on the number of beneficiaries or other metrics that do not tell the story of change of these beneficiaries, that is, the real impact generated by an intervention in people's lives"[30].

In fact, the figures seek to reveal the positive impact of the measures taken or financed by Natura on the ground, in addition to the emissions reduction, like community development, education, human health, and ecosystem services. The mensuration of the "co-benefits" generated by the carbon compensation projects is no doubt a good practice. In fact, that poses a benchmark capable of influencing future impact projects financed by the market, as new corporate initiatives of climate action can start to pay more attention to the potential of co-benefits that each project can create, either in terms of job and income creation, as on social and cultural impact.

In the chart below, we can see the valuation of the co-benefits varying by the nature of projects:

Figure 1: Valuation of benefits by type of project



Source: Natura Carbon Neutral Program Report, 2019.

7.2 Votorantim

[30] Kisil, M., & Fabiani, P. (2016). Retorno Social do Investimento (SROI): Metodologia que Traduz o Impacto Social Para o Investidor. *Revista Pensamento e Realidade v*, *31*(1) https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/27020

Another company which has pledged to achieve carbon neutrality by 2050 is Votorantim, a Brazilian multinational cement producer, founded in 1918 and present in 19 countries. Cement is the main material to produce concrete, which is the most consumed material in constructions all over the world.

The problem is the cement industry is one of the three primary producers of carbon dioxide, together with energy production and transportation industries. That might be the reason why some companies of the sector are making increasing efforts to transform their environmental performance, with an eye on the growing public scrutiny[31].

In December 2020, Votorantim released their Sustainability Commitments for 2030, in which it announced the goal to "implement technologies that make it possible to deliver carbon-neutral concrete to society by 2050"[32]. The company disclosed that it has reduced emissions in 25% per ton of cement from 1990 to 2020, and intends to reduce another 12% until 2030, as intermediate target to the final goal of carbon neutrality by 2050.

In fact, Votorantim has disclosed in details the way how it intends to achieve that mark: 1. through co-processing, meaning the replacement of fossil fuel in cement production, especially for biomass and urban solid waste; 2. reduction of the percentage of clinker in cement, application of materials with hydraulic properties, called cementitious, for the production of cement; 3. energy efficiency and use of renewable energy sources, reaching 45% of electricity from renewable sources; 4. recycling of concrete, making this chain more circular and maximizing the absorption of CO_2 by the concrete through recarbonation; 5. efficient use of concrete on site; and 6. scale-up application of technologies of carbon capture, sequestration and use of the carbon[33].

Although operating in an intensive emissions sector, Votorantim has been standing out in the cement industry for its sustainability practices. It was recognized three times in a row as one of the best companies in the Climate Change Program 2020 of the CDP. Votorantim achieved grade "A-" in the program, and was the better rated cement industry in Brazil in the Climate category, composing also the group of the four best cement companies in the world[34].

[31] Vidal, J. (2019). Concrete is tipping us into climate catastrophe. It's payback time. *The Guardian.* https://www.theguardian.com/cities/2019/feb/25/concrete-is-tipping-us-into-climate-catastrophe-its-payback-time-cement-tax
[32] Available at: https://www.votorantimcimentos.com.br/noticia/nossos-compromissos-para-2030/
[33] Votorantim (2020). Relatório Integrado 2020. https://www.votorantimcimentos.com.br/download/br/relatorio-integrado-2020.pdf
[34] Idem.

There are many other companies in Brazil which are trying to make a difference in the national climate scenario. This study brought succinctly the example of two one them, considering they have become a benchmark for others. It may be useful for the interested readers to look deeply into those and other examples, and a good starting point can be the companies engaged in one of the campaigns mentioned before. Their avantgarde experience in a relatively new area is certainly capable of inspiring action from other enterprises, leading to the development of similar and other innovative decarbonisation initiatives.

8. Concluding remarks

It seems that the Covid-19 pandemic has accelerated, among other things, the awareness of managers on the importance to have a solid risk management, as most of these risks are directly related to serious concerns about the growing destruction and scarcity of natural resources[35].

That emerging mindset, manifested in the many calls to a "green recovery", makes some CEOs realize that the more a company invests in a preventive and proactive ESG agenda, the more it can excel in dealing with sustainability, diversity and inclusion, and ethical governance. And as a consequence, it is more likely that the reputation of the company is positively affected, what is becoming crucial due to the rise of the Z Generation, more aware in regard to environmental matters, especially climate change[36].

As some initiatives seek to enable companies to adopt ESG-related principles, such as the PRI - Principles for Responsible Investment and the UN Global Compact, and more specific metrics start to emerge, the development, evaluation and review of the projects created by companies in that area will require specialized professionals, in order to ensure that solid technical criteria are followed, adequate targets are set, and appropriate action is taken.

One could be asking if the existence of all those initiatives would be a sign that much is said and promised, and little is actually done. In fact, a credible net-zero commitment requires more than a pledge, it also requires companies to outline practical measures and take immediate action, bringing investors and other stakeholders the confidence that the targets will be met.

[35] As demonstrated by the severe water supply crisis in the state of Paraná (2021), which demands weekly rationing in the region of Curitiba.
[36] Barbiroglio, E. (2019). Generation Z Fears Climate Change More Than Anything Else. *Forbes.* https://www.forbes.com/sites/emanuelabarbiroglio/2019/12/09/generation-z-fears-climate-change-more-than-anything-else/?sh=63f5eb41501b

As a matter of fact, some net-zero commitments disclosed up to now lack key details on how the company plans to achieve their ambitious goals, reason why not many examples were found to serve as benchmark in this brief study. Some companies make net-zero commitments that sound good at first, but leave much to be desired upon closer inspection. Examples include net-zero commitments that exclude large portions of the company's emissions profile, or which promise herculean emissions reductions in the future without posing any short-term accountability. Therefore, the interested stakeholders will need to closely scrutinise each company's net-zero commitment, in order to determine their credibility and push for improvements whenever necessary.

The fact that so many coalitions and partnerships coming from the private sector are emerging is a good sign. Not all of them, most probably, will deliver all the ambitions declared. In any case, it is clear that with so many companies being engaged somehow, not to show commitment over the mainstreamed net zero agenda required by the Paris Agreement, which is based on the best science available, is becoming not an option.

That said, and considering the recent climate change news, there is a good chance that from now on, investors, financial institutions and clients will start to require real and verifiable commitments of decarbonisation, forcing companies to learn how to add value while demonstrating due respect for the environment, and showing they are capable of generating positive socioenvironmental impacts, which is what more consumers tend to ask for, and what the world really needs.

Finally, this study did not have the aim to exhausting the topic, but rather to put it on the table for further research and debate. Much more empirical research can and certainly will be made to compare data, identify patterns, and analyse the different decarbonisation pathways that companies can put in place, in order to adapt to a new climate economy which is starting to be drawn globally.

References

Barbiroglio, E. (2019). Generation Z Fears Climate Change More Than Anything Else. *Forbes.* https://www.forbes.com/sites/emanuelabarbiroglio/2019/12/09/generation-z-fears-climate-change-more-than-anything-else/?sh=5718d329501b

CEBDS (2020). Em reunião com Mourão, empresários cobram medidas sobre desmatamento ilegal. https://cebds.org/em-reuniao-com-mourao-empresarios-cobram-medidas-efetivas-de-combate-ao-desmatamento-ilegal/#.YSbR5o5KiUk

Climate Action 100+ (2020) Progress Report. https://www.climateaction100.org/news/climate-action-100-progress-report-records-accelerated-company-commitments-to-net-zero-emissions-but-gaps-remain/

Empresa de Pesquisa Energética (2020). https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica

Fink, L. (2018). Larry Fink's 2018 letter do CEOs. https://www.blackrock.com/corporate/investor-relations/2018-larry-fink-ceo-letter

Fink, L. (2020). *Larry Fink's 2020 letter do CEOs*. https://www.blackrock.com/corporate/investor-relations/2020-larry-fink-ceo-letter

Freshfields, Bruckhaus, & Deringer (2005). *A Legal Framework for the Integrations of Environmental, Social, and Governance Issues into Institutional Investment*. Study for the Asset Management Working Group of the UNEP Finance Initiative. https://www.unepfi.org/fileadmin/documents/freshfields_legal_resp_20051123.pdf

Geck, M. (2020). *Seven major companies that committed to net-zero emissions in 2020*. https://www.unpri.org/pri-blog/seven-major-companies-that-committed-to-net-zero-emissions-in-2020/6909.article

Instituto Clima e Sociedade (2020). *17 ex-ministros e presidentes do Banco Central assinam carta coletiva pela recuperação econômica*. https://www.climaesociedade.org/post/convergencia-pelo-brasil

IPCC (2018). *Special Report Global Warming of 1.5 ºC*. https://www.ipcc.ch/sr15/

IPCC, Working Group I (2021). Climate Change 2021: the Physical Science Basis. *First instalment of the IPCC's Sixth Assessment Report (AR6)*, to be completed in 2022. https://www.ipcc.ch/2021/08/09/ar6-wg1-20210809-pr/

Kisil, M., & Fabiani, P. (2016). Retorno Social do Investimento (SROI): Metodologia que Traduz o Impacto Social Para o Investidor. *Revista Pensamento e Realidade. v. 31(1)*. https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/27020

Natura (2019). *Carbon Neutral Programme Report*. https://static.rede.natura.net/html/2019/carbono_neutro/natura_co2_en.pdf

Philips, T. (2020). Trillion-dollar investors warn Brazil over 'dismantling' of environmental policies. *The Guardian.* https://www.theguardian.com/environment/2020/jun/23/trillion-dollar-investors-warn-brazil-over-dismantling-of-environmental-policies

Spring, J. (2021). Brazil's Amazon deforestation surges 67% in May as Bolsonaro pledges fall flat. *Reuters*. https://www.reuters.com/business/environment/brazils-amazon-deforestation-surges-67-may-bolsonaro-pledges-fall-flat-2021-06-11/

Struck, Jean-Philip. (2019). Em Berlim, Salles questiona contribuição humana na mudança climática. Deutsche Welle. https://www.dw.com/pt-br/em-berlim-salles-questiona-contribui%C3%A7%C3%A3o-humana-na-mudan%C3%A7a-clim%C3%A1tica/a-50665744

UN Global Compact (2004). Who Cares Wins: Connecting Financial Markets to a Changing World. https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/publications/publications_report_whocareswins__wci__1319579355342

UN Global Compact (2020). Business ambition for 1.5°C. Secretariat, *Caring for Climate*. https://www.unglobalcompact.org/take-action/events/climate-action-summit-2019/business-ambition

UNFCCC. Campaign Race to Zero (2020). https://racetozero.unfccc.int/the-race-to-zero-strengthens-and-clarifies-campaign-criteria/

Vidal, J. (2019). Concrete is tipping us into climate catastrophe. It's payback time. *The Guardian*. https://www.theguardian.com/cities/2019/feb/25/concrete-is-tipping-us-into-climate-catastrophe-its-payback-time-cement-tax

Votorantim (2020). *Relatório Integrado 2020*. https://www.votorantimcimentos.com.br/download/br/relatorio-integrado-2020.pdf

We Mean Business Coalition. Available at: https://www.wemeanbusinesscoalition.org/

World Economic Forum (2020). *Global Risks Report*. https://reports.weforum.org/global-risks-report-2020/

Análise do cenário socioeconômico brasileiro: uma contribuição preliminar para a formulação de estratégias organizacionais

Analysis of the socioeconomic Brazilian scenario: a contribution to the formulation of organizational strategies

Carlos Alberto Cioce Sampaio[1], Aurélio Faustino Hoppe[2], Henriette Damm[3]

Recebido: 30/10/2021. Aceito: 15/11/2021

Resumo

No ambiente organizacional faz-se necessário identificar os fatores externos que podem oportunizar ou, senão, ameaçar a existência de empresas, bem como a criação de novos negócios. Objetiva-se apresentar uma análise panorâmica do cenário socioeconômico brasileiro, baseada em grande medida por dados atualizados e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se de um relato de pesquisa exploratória, a partir de dados estatísticos. Como resultado, disponibilizou-se uma série de informações, demográfica, de saúde pública, infraestrutura, social e econômica, demonstrando predominantemente tendências em período temporal que compreende cinco décadas, entre 1980 e 2020. Nas considerações finais, apresenta síntese qualificada das análises estatísticas dos temas tratados. Reconhece-se os limites do trabalho quanto a dados e análise socioambiental sistemática.

Palavras-chave: Cenário socioeconômico. Brasil. Ambiente externo organizacional.

Abstract

In the organizational environment, it is significant to identify the external issues, which can create opportunities to emerge new businesses. The objective is to present a panoramic analysis of the Brazilian socioeconomic scenery from updated data made available by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). It is an exploratory research report based on statistical data. As a result, a series of demographic, public health, infrastructure, social and economic information was made available, predominantly demonstrating trends in a period comprising five decades, between 1980 and 2020. In the final considerations, it presents a qualified synthesis of the statistical analyzes of the topics covered. The limits of the work regarding data and systematic socio-environmental analysis are recognized.

Keywords: Socioeconomic scenario. Brazil. External organizational environment.

[1] Professor dos Programas de Pós-Graduação em Governança e Sustentabilidade/ISAE, Desenvolvimento Regional/FURB, em Ciências Ambientais/UNISUL/Instituto Ânima. Pesquisador Colaborador do Centro de Síntese USP Cidades Globais/Instituto de Estudos Avançados. Email: carlos.cioce@gmail.com

[2] Professor de Cursos de Graduação e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/FURB. Email: aurelio.hoppe@gmail.com

[3] Professora de Cursos de Graduação e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/FURB. Email: henriettdamm@gmail.com

1. Introdução

Este texto atualiza um primeiro estudo homônimo[4], publicado há 20 anos atrás, utilizando dados extraídos sobretudo do censo brasileiro de 2000, comparado com décadas anteriores. A análise de cenários de uma sociedade poderia ser considerada como uma etapa primeira para subsidiar formulação de estratégias organizacionais. A partir da verificação da realidade societária, surgem cenários que apontam padrões estabelecidos, que devem subsidiar pelo menos estratégias genéricas, tal como sugere Peter Druker (2001), baseadas em padrões de comportamento emergentes ou, então, decadentes.

De certa maneira, todos os cenários societários são importantes de serem estudados, entretanto, por opção, foi analisado a atualidade brasileira comparada com períodos anteriores para demonstrar tendências.

A título de exemplo de cenários possíveis, o cenário mundial ilustra que 20% da população do planeta atualmente concentra 66% da renda bruta. Poderia se dizer também, de outra forma, que 41% da população mundial concentra 15% de renda bruta. Ainda que haja países com "muito alto" Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entre eles existem desigualdades, medidos pelos Índices de Gini[5], significativamente elevados, como os Estados Unidos (0,414) com a 17ª posição no IDH e Chile (0,440) na 43ª. No grupo de países com IDH alto, o Brasil (0.539), é o segundo com o pior Índice de Gini, à frente apenas da desigual África do Sul (0,630) (UNDP, 2020a; 2020b).

Tem-se como objetivo apresentar uma análise panorâmica do cenário socioeconômico brasileiro, baseada em grande medida por dados atualizados e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A observação do cenário brasileiro pode ser considerada como etapa que caracteriza o ambiente externo organizacional, aquele que a organização está sujeita a sua influência e pouco pode fazer para evitá-lo. No entanto, uma vez identificado a realidade societária, a organização pode melhor otimizar decisões, inclusive, oportunizando e decorrendo dela vantagens.

Trata-se de um relato de pesquisa exploratória, a partir de dados estatísticos. Para prospectar o cenário brasileiro, utilizou-se dados/informações representados por tabelas com informações demográficas (população, registro civil, sexo, idade e domicílio), de saúde pública

[4] Professor Mário A. dos Santos foi convidado para participar da nova versão, no entanto gentilmente denegou do convite.
[5] Quanto mais próximo de um, os índices Gini apresentam maior desigualdade.

(expectativa de vida, natalidade, mortalidade e fecundidade), de infraestrutura (água, esgoto, lixo, energia, telefonia e bens duráveis), sociais (analfabetismo e anos de estudo) e econômicas (macroeconômicos, rendimento, ocupação, PIB, atividade e setor econômico), tais como se fez no estudo anterior (Sampaio; Santos, 2002) originadas sobretudo de estudos do IBGE, no período compreendido, entre os anos 1970 e 2020, ou seja, 50 anos, meio século.

Os dados, de uma maneira geral, basearam-se no Censo Brasileiro de 1990, 2000 e 2010, além de outros estudos que prospectam os anos arredores de 2020. O Censo é o resultado de dois grandes questionários: (a) questionário básico que abrange todo o universo populacional, isto é, abrangendo todos os domicílios brasileiros; (b) e o questionário de amostras aplicado em 20% dos domicílios de municípios com até 15 mil habitantes e 10% dos domicílios de municípios com mais de 15 mil habitantes.

O texto não está isento de delimitações, sobretudo por suas análises se basearem em dados/informações quantitativos socioeconômicos, ainda que se tenha buscado referências autorais qualitativas. Não se relevou também dados socioambientais, sobretudo pela carência de informações apresentadas pelo IBGE há décadas anteriores, o que limita a compreensão de um desenvolvimento sistêmico e sustentável.

2. Demografia e saúde pública

A população brasileira na última década (2010 a 2020), cresceu menos do que a penúltima década (1990 a 2010), isto é, a taxa de crescimento demográfico caiu de 12,3% para 11,0%. Isto vem ocorrendo desde a década de 50[6]. Atualmente, o Brasil é o 6º país com o maior número de pessoas (211 milhões), o que o faz como significativo mercado econômico. Por ordem decrescente, Paquistão possui população de 216,5 milhões, Indonésia 270,6 milhões, Estados Unidos 329 milhões, Índia 1,3 bilhão e China com 1,4 bilhão habitantes. Observa-se que pelo crescimento populacional da Índia, na próxima(s) década(s) deverá ultrapassar a China.

[6] Considerações realizadas pela Profa. Dra. Elza S. Berquió do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) no simpósio População Brasileira: principais mudanças e tendências, realizado na 54ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em julho de 2002.

Tabela 1: População e Crescimento Demográfico

Anos / População	1980	1990	2000	2010	2020
Brasileira	119.002.706	146.825.475	169.799.170	190.732.694	211.755.692
Crescimento	-	23,4%	15,6%	12,3%	11,0%

Fonte: IBGE (2020a): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Recuperando o dado histórico de que o Brasil possuía uma população de aproximadamente 17 milhões e meio de habitantes em 1900, pode-se afirmar que houve um crescimento populacional de aproximadamente 1110% em um pouco mais de um século.

Como demonstra a Tabela 1, o decréscimo da taxa de crescimento da população pode ter muitas causas, além do controle anticoncepcional na década de 70[7]. Entre as causas podem estar a taxa média de crescimento do número de casamentos verificada na ordem de 2,5%, considerando o período de 1980 a 2019, e o aumento do número de separações judiciais, apontada na ordem de 48,9% no período de 1990 a 2019.

Tabela 2: Dados relacionados à Demografia

Anos / Registro Civil	1980	1990	1995	1998	2000	2010	2019	Taxa média
Casamentos	948.164	775.239	734.045	698.614	732.721	977.620	1.024.676	-
Taxa de Crescimento	-	-18,2%	-5,3%	-4,8%	4,9%	33,4%	4,8%	2,5%
Separações judiciais	-	70.406	88.116	90.778	96.207	243 224	383.286	-
Taxa de crescimento	-	-	25,2%	3,0%	6,0%	152,8%	57,6%	48,9%
Separações judiciais/casamentos	-	9,08%	12%	13%	13,13%	24,87%	37,40%	-

Fonte: IBGE (2020a), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

[7] Considerações realizadas pelo Prof. Dr. Juarez de Castro Oliveira do IBGE no simpósio População Brasileira: principais mudanças e tendências, realizado na 54ª RA. da SBPC, em julho de 2002.

A tendência de queda do número populacional é também demonstrada pelos decréscimos das taxas de natalidade por mil habitantes, de 23% para 14,0%, entre 1995 e 2020, e de fecundidade total, de 3% para 1,8%, entre 1995 e 2020. Consequentemente, o tamanho médio dos arranjos domiciliares está diminuindo: 5,1 pessoas na década de 60. 4,8 em 80, 3,7 em 2000, 3,1 em 2006 e 2,9 em 2018. Embora haja fatores demográficos que poderiam fazer com que a população crescesse no mesmo período como, por exemplo, o aumento da esperança de vida ao nascer de 66 para 77 anos[8]e a diminuição da mortalidade infantil por mil nascidos vivos, de 48% para 11,6%, o crescimento não se verificou.

Tabela 3: Mais Dados relacionados à Demografia

Anos / Demografia	1995	2001	2010	2018	2020
Esperança Vida (em anos)	66	69	74	76	77
Natalidade	23,0%	20,0%	15,9%	14,4%	14,0%
Mortalidade	7,0%	7,0%	6,4%	6,5%	6,6%
Mortalidade Infantil	48,0%	33,0%	17,2%	12,4%	11,6%
Fecundidade	3,0%	2,0%	1,8%	1,8%	1,8%

Fonte: IBGE (2020a): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

É importante destacar que o aumento da longevidade, que, aliás vem ocorrendo desde a década de 30, não implica necessariamente no envelhecimento populacional. Considerando que a diminuição da taxa de mortalidade infantil resulta no aumento do número de crianças que viverão mais, é possível inferir que também aumentará o número de idosos[9].

O grupo de crianças e pré-adolescentes, idade entre 0 e 14 anos, vem diminuindo de tamanho no mesmo período, de 38% para 21%. Ao mesmo tempo, os grupos de idade de 15 a 64 anos 65 anos ou mais, vem crescendo, respectivamente de 58% para 69% e de 4% para 10%. Uma curiosidade é que, atualmente, se tem aproximadamente 825.000 pessoas com 90 anos ou mais.

[8] Os países com maior e menor expectativa de vida são respectivamente Hong Kong com 84,9 anos e República África Central com 53,3 anos. Ambos possuem renda, PIB e IDH, inversamente proporcional (UNDP, 2020a; 2020b).
[9] Considerações realizadas pelo Prof. Dr. José Alberto Magno do CEDEPLAR no simpósio População Brasileira: principais mudanças e tendências, realizado na 54ª RA SBPC, em julho de 2002.

Tabela 4: Distribuição de Grupos Etários

Anos / Grupos de Idade	1980	1990	2000	2010	2020
0 a 14 anos (Jovens)	38%	35%	30%	25%	21%
15 a 64 anos (PIA)	58%	60%	65%	68%	69%
65 anos ou mais (Idosos)	4%	5%	6%	7%	10%

Fonte: IBGE (2020a): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Existe uma tendência de aumento da população com 65 anos ou mais e isto precisa ser observado pelos gestores de políticas públicas, em função dos impactos nas áreas de, entre outras, saúde, trabalho, lazer e previdência social.

O número da população masculina continua caindo em relação à feminina. Esta tendência vem ocorrendo desde a década de 1960. A população atual está dividida entre, aproximadamente, 49% de homens e 51% de mulheres. Entretanto, o número de homens é superior ao de mulheres nos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Tabela 5: Distribuição Populacional entre Homens e Mulheres

Anos / Sexo	1980	1990	2000	2010	2020
Homens	49,70%	49,40%	49,22%	49,03%	48,89%
Mulheres	50,30%	50,60%	50,78%	50,97%	51,11%

Fonte: IBGE (2020a): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

No grupo entre 0 e 14 anos temos um percentual maior de homens em relação as mulheres. Nos demais grupos, de 15 a 64 anos e 65 anos ou mais, o quadro se inverte, ou seja, temos um percentual maior de mulheres. O excedente de mulheres começa a surgir a partir dos 20 anos de idade. Estes números parecem indicar a ligação da mortalidade masculina, provavelmente por se colocar em situação de maior risco de vida do que a feminina.

Tabela 6: Distribuição Populacional entre Homens e Mulheres por Grupo Etário

Anos / Grupos de idade	2000		2010		2020	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 14 anos (Jovens)	15,02	14,58	12,59	12,11	10,67	10,2
15 a 64 anos (PIA)	31,62	32,93	33,24	34,72	33,99	35,32
65 anos ou mais (Idosos)	2,58	3,27	3,2	4,14	4,23	5,59

Fonte: IBGE (2020a): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

A população brasileira vive predominante em domicílios urbanos, com tendência crescente de concentração urbana. Há um estudo que contesta a metodologia empregada pelo IBGE[10], sobretudo quando considera núcleos urbanos pouco significativos em municípios predominantemente rurais, com pequena população, como se fossem localidades urbanas. Utilizando uma outra metodologia, baseada na densidade demográfica, chega-se a um percentual de 57% de urbanização, e não de 81% apresentado pelo IBGE, em 2000 (Veiga, 2002).

Tabela 7: Distribuição de Situação Domiciliar

Anos / **Situação do Domicílio**	**1980**	**1990**	**2000**	**2010**	**2015**	**2020**
Urbana	68%	76%	81%	81,5%	84,7%	90,0%
Rural	32%	24%	19%	18,5%	15,3%	10,0%

Fonte: IBGE (2020a): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Uma grande parcela da população, aproximadamente 85,6%, residem em casas e uma pequena, aproximadamente 14,2%, em apartamentos, sendo que 73% da população possui imóveis próprios. Registrou-se uma pequena tendência de crescimento tanto de número de

[10] O critério, que toda sede de município ou de distrito é urbano, está sendo utilizado desde a proclamação de um decreto-lei do governo Vargas. Visualizando o mapa oficial do IBGE sobre concentrações de áreas urbanas, percebe-se a incongruência deste critério. Considerações realizadas pelo Prof. Dr. José Eli da Veiga da Universidade Estadual de São Paulo (USP) na Conferência Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural, realizado na 54ª RA SBPC, em julho de 2002.

apartamentos quanto de número de imóveis próprios, entre os anos de 1996 e 2019 (IBGE, 2019).

O Brasil possui 5.570 municípios[11], sendo que a Região Nordeste é a que concentra o maior número, 1.793, seguida das regiões Sudeste com 1.668, Sul com 1.191, Centro-Oeste com 466 e Norte com 450 (IBGE, 2020a).

Apesar da inadequação do critério raça, quando se utiliza para classificar a espécie humana, popularmente conhecida nas opções branca, preta e amarela, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2020a), 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas. O Censo 2000 sinalizou o rompimento de uma tendência, verificada em censos anteriores, na qual mais pessoas se autodeclaram pardas, ao invés de se declararem pretas. Segundo Toynbee (1987), raça não é um critério científico, mas, sobretudo, um critério societário. Atualmente, no mundo dos negócios, pode-se afirmar que é emergente o nicho de mercado chamado *black*[12]. Este fenômeno societário se verifica diariamente nas propagandas/publicidades veiculadas na mídia impressa e televisiva e parece indicar que o mercado estaria interessado em atender a demanda das pessoas de cor preta.

3. Infraestrutura

Todos os critérios apurados de melhoria de infraestrutura foram positivos no período entre 1981 e 2019. Isto implica que algumas condições básicas de sobrevivência estão sendo satisfeitas, repercutindo na melhoria da qualidade de vida da maioria da população. Este fato se verifica nas melhorias dos sistemas de abastecimento de água, rede de esgoto e coleta de lixo que influem, significativamente, na redução da mortalidade infantil.

Tabela 8: Infraestrutura

Infraestrutura	1981	1996	1999	2016	2019
Rede Água	62,1%	78,0%	80,0%	85,8%	85,5%
Rede Esgoto	67,2%	38,0%	65,0%	66,9%	68,3%

[11] O Brasil é o país com maior número de municípios no mundo, segundo considerações realizadas pelo Prof. Dr. José Eli da Veiga.
[12] Mercado cultural identificado por pessoas de cor afro-brasileiras.

Infraestrutura	1981	1996	1999	2016	2019
Coleta de Lixo	33,4%	66,0%	80,0%	82,7%	84,4%
Iluminação Elétrica	64,4%	93,0%	95,0%	99,5%	99,5%
Telefonia	-	25,0%	38,0%	95,4%	96,3%

Fonte: IBGE (2020a): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Ainda que a tabela de bens duráveis não aponte o percentual de domicílios brasileiros que possuem internet, ela é de aproximadamente de 83%, em 2019 (IBGE, 2019). O que pode explicar o decréscimo do número de aparelhos de TV, diante da ascendência da possibilidade de acesso a outras mídias digitais, por meio de *desktop*, *notebooks*, *tablets* e *smartphones* que segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2020), possui cerca de 424 milhões desses componentes. O que corresponde que há dois desses para cada brasileiro, possivelmente não devidamente bem distribuídos. Smartphones representam 56% (com tendência de crescimento) e computadores 44%. Entre os computadores, 48% são desktops (com tendência de decréscimo), 34% notebooks (tendência de aumento) e 18% de tablets.

Tabela 9: Bens Duráveis

Bens Duráveis	1987	1996	1999	2011	2015	2019
Fogão	92,9%	96,6%	97,4%	95,8%	97,8%	-
Filtro d'Água	-	58,1%	55,6%	53,2%	53,4%	-
Geladeira	60,2%	78,2%	82,8%	95,8%	98,2%	98,1%
Freezer	0,3%	18,0%	19,6%	16,4%	16,9%	-
Máquina de Lavar	5,3%	30,4%	32,8%	51,0%	61,1%	66,1%
Rádio	27,7%	90,4%	89,9%	83,5%	69,2%	-
Televisão	59,2%	84,3%	87,7%	96,9%	97,1%	83,5%

Fonte: IBGE (2020a): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

4. Social

Segundo os dados do IBGE (2017), a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade no Brasil é de 7,0%. Este dado representa 11,5 milhões de indivíduos que

ainda não sabem ler e escrever. O índice triplica na população acima de 60 anos, pois foram pessoas que não tiveram contato com a expansão da escola pública. No Brasil, aproximadamente 12% da população brasileira não é alfabetizada, isso quer dizer que cerca de 22 milhões de pessoas não sabem ler, escrever e nem dominar cálculos, esses são considerados analfabetos.

No Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que finalizaram a educação básica obrigatória, ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio, passou de 47,4%, em 2018, para 48,8%, em 2019. A escolaridade média da população brasileira de 18 a 29 anos avança continuamente para alcançar os 12 anos de estudo, o equivalente ao Ensino Fundamental e o Ensino Médio completos (IBGE, 2020a).

Complementando com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), a população entre 25 e 34 anos, com formação no ensino superior completa, representa cerca de 21% da população brasileira. Este número diminui significativamente quando se trata de curso de mestrado concluído, com 0,8% (a média dos países da OCDE é de 13%), e doutorado 0,2% (respectivamente, 1,1%), no grupo de pessoas, entre 25 e 64 anos, segundo dados da (OECD, 2019).

5. Econômicos

O Produto Interno Bruto (PIB) foi de R$ 3.961 bilhões em 2019. O pior resultado é o da capacidade de financiamento que, aliás, vem sendo decrescente, acompanhado da diminuição contínua da poupança bruta.

Tabela 10: Principais Agregados Macroeconômicos

Anos / **Principais Agregados Macroeconômicos**	**1996**	**2000**	**2010**	**2020**
Produto Interno Bruto - Taxa de variação real no ano	9,3%	4,4%	7,53%	-4,10%
PIB Per capita (R$)	4.480	3.880	19.938,60	33.593,82 (2018)
Poupança Bruta	1,3800%	0,5996%	0,6413%	0,1159%

Anos / Principais Agregados Macroeconômicos	1996	2000	2010	2020
Capacidade Financiamento (M R$)	-24.510	-50.101	-98.293,73	-

Fonte: IBGE (2020b): Diretoria de Pesquisa, Departamento de Contas Nacionais.

Regionalmente, o Brasil teve uma variação do PIB equilibrada no período que compreende 2011 e 2012, ressaltando positivamente a região Centro-Oeste e negativamente a Norte. O estado de São Paulo, reconhecidamente com maior representatividade econômica, apresentou um resultado negativo.

Tabela 11: PIB Regional

PIB Total	2019	2018	2012 (mil R$)	2011 (mil R$)	2012/2011 (%)
Norte	-	-	231.383.000,00	223.538.000,00	3,5%
Nordeste	-	-	595.382.000,00	555.325.000,00	7,2%
Sudeste	-	-	2.424.005.000,00	2.295.690.000,00	5,6%
Sul	-	-	710.860.000,00	672.049.000,00	5,8%
Centro-Oeste	-	-	430.463.000,00	396.411.000,00	8,6%
Brasil	R$ 3,961 tri	-	R$ 4,24 tri	R$ 4,04 tri	5,0%
São Paulo (1)	R$ 2,38 tri	-	308.893,00	336.838,00	-8,3%
Santa Catarina	-	R$ 298,23 bi	31.875,00	35.317,00	-9,7%
Roraima (2)	R$ 14 bi	-	621,00	809,00	-23,2%

1. Melhor PIB Estadual
2. Pior PIB Estadual

Fonte: IBGE (2020b): Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil.

A desigualdade regional é demonstrada também pela tabela de Rendimento de Trabalho que apresenta 33,20% da população brasileira com rendimento abaixo de R$ 1.100,00 e ao redor de 6% com rendimento acima de R$ 5.610,00[13].

Tabela 12: Rendimento de Trabalho por Salário-Mínimo

Rendimento de Trabalho	**1981**	**1999**	**2010**
Sem renda	48,90%	14%	6,61%
Até 1 SM	14,98%	-	33,20%
1 a 2 SM	4,95%	-	33,06%
2,1 a 3 SM	3,10%	15%	10,55%
3,1 a 5 SM	1,99%	11%	8,01%
5,1 a 10SM	-	9%	5,84%
10,1 a 20SM	-	2%	0,00%
Acima de 10 SM	0,37%	-	-

Fonte: IBGE (2010): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Os números indicam que, pelo menos, a desigualdade entre homens e mulheres no grupo de pessoas economicamente ativas está diminuindo[14]. Por outro lado, aumentou o percentual de desempregados.

Tabela 13: Pessoas Economicamente Ativas por gênero Masculino e Feminino

Anos / **Pessoas Econ. Ativas (x000)**	**1981**	**1996**	**1981/96 (%)**	**1999**	**2011**	**1999/2011 (%)**	**2011**	**2019**	**2011/19 (%)**
Homens	1.558.525	43.743	-97,19%	46.481	56.850	22,31%	56.850	53.306	-6,23%
Mulheres	702.190	29.254	-95,83%	32.834	43.373	32,10%	43.373	41.336	-4,70%

[13] Considerando que a quantia entre R$ 5.610,00 e menor de R$ 11.000,00 não torna ninguém abastado economicamente, imagina-se o que pensar de quem ganha menos de R$ 1.100,00.

[14] 25% dos domicílios atuais são chefiados por mulheres. Considerações realizadas pelo Profa. Dra. Elza S. Berquió.

Total	2.260.715	72.997	-96,77%	79.315	100.223	26,36%	100.223	94.642	-5,57%

Fonte: IBGE (2020a): Pesquisa Nacional Amostra Domicílios.

Tabela 14: Desemprego por gênero Masculino e Feminino

Anos / Desemprego	1981	1997	1999	2001	2012	2019
Homens	-	5,30%	7,10%	5,90%	6,00%	9,60%
Mulheres	-	6,20%	8,30%	6,70%	9,10%	14,10%

Fonte: IBGE (2020c): Pesquisa Mensal de Emprego.

Os números de novos empresários e de pessoas que trabalham por conta própria, entre o período de 1996 e 2020, aumentaram respectivamente 62,1% e 50,2%, e o número de empregados teve um incremento de 59,0%. Houve uma diminuição de 48,0% no número de pessoas ocupadas sem remuneração (considerando o período de 1996 e 2011), e de 1% no número de pessoas que se ocupam como trabalhadores domésticos (considerando 1996 e 2020) que, aliás, é coerente com o aumento do número de mulheres economicamente ativas que pode ocasionar, indiretamente, a contratação de pessoas em seus domicílios.

Tabela 15: Pessoas por Ocupação

Pessoas por ocupação	1981	1996	1981/96 (%)	1999	1996/99 (%)	2011	1999/2011 (%)	2020	2011/2020 (%)
Empregados	1.332.129	36.058	-97,3%	36.806	2,1%	56.939	54,7%	57.341	0,71%
Trabalhadores Domésticos	-	5.002	-	5.335	6,7%	6.653	24,7%	5.050	-24,09%
Conta-Própria	542.958	15.126	-97,2%	16.615	9,8%	19.665	18,4%	22.720	15,54%
Empregadores	53.556	2.486	-95,4%	2.922	17,5%	3.176	8,7%	4.030	26,89%
Não Remunerados	228.706	6.158	-97,3%	6.677	8,4%	3.200	-52,1%	-	-
Outros	2.582	3.092	19,8%	3.322	7,4%	3.861	16,2%	1.963	-49,16%

Fonte: IBGE (2020a): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Complementando tais informações, ainda que com dados de mais de 20 anos, a relação do número de pessoas assalariadas pelo número de empresas no grupo da atividade econômica

da administração é alta[15]. Este número é muito superior do que a média de todas os grupos de atividades econômicas. Uma justificativa provável seria que a burocracia estatal dificulta a contratação informal de pessoas, ao contrário dos demais setores, predominantemente privados, que possuem maior flexibilidade na contratação de pessoal. Ainda que nos grupos serviços e comércio os números sejam menores, inclusive a renda remunerada decorrente de baixa qualificação, os trabalhadores podem ser recrutados na própria localidade.

6. Considerações Finais

Diante desse conjunto de dados/informações representados pelas tabelas demográficas e de saúde pública, de infraestrutura, sociais e econômicas, analisou-se o cenário socioeconômico atual brasileiro comparado com décadas anteriores.

A população brasileira atual é de aproximadamente 211.755.692 de habitantes, representando quase 3% da população mundial (7.640 milhões). A taxa de crescimento populacional está decrescente nas últimas cinco décadas. O arranjo domiciliar é composto por 2,9 pessoas e a expectativa de vida é de 77 anos. A população está envelhecendo. Caso a taxa de crescimento de idosos se mantiver, nas próximas décadas se terá mais idosos do que crianças, isto é, o mesmo fenômeno que ocorre na Europa.

O fato de se estar aumentando rapidamente o número de idosos, acarretará um forte impacto nos setores, entre outros, da previdência social, de atividades de trabalho, de lazer, de educação, de convivência social.

A população feminina vem crescendo continuamente em comparação a de homens. A população continua predominantemente urbana, entretanto com uma taxa de crescimento menor do que a apresentada pelo IBGE. 85,6%, dos brasileiros moram em casas e uma pequena parcela, aproximadamente 14,2%, em apartamentos, sendo que 73% da população possui imóveis próprios.

Há um aumento quantitativo de alguns bens duráveis. 83% dos domicílios possuem internet, o que pode explicar o decréscimo do número de aparelhos de TV. Há dois aparelhos computacionais/*smartphones* para cada brasileiro, possivelmente não devidamente bem distribuídos. Smartphones representam 56% (com tendência de crescimento) e computadores 44%.

[15] Entre os grupos de atividades econômicas, a agricultura e pesca possui uma relação de 14 pessoas assalariadas por empresa, indústria 14, comércio 2, serviços 7 e administração pública 617, segundo IBGE (1999).

A infraestrutura nacional está melhorando, sobretudo relacionada com o saneamento básico, resultando na redução da mortalidade infantil que, consequentemente, melhora a qualidade de vida para toda população brasileira.

No Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que finalizaram a educação básica obrigatória, ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio, passou de 47,4%, em 2018, para 48,8%, em 2019.

A escolaridade média da população brasileira de 18 a 29 anos avança continuamente para alcançar os 12 anos de estudo, o equivalente ao Ensino Fundamental e o Ensino Médio completos. Nessas duas grandes faixas de anos de estudos, o percentual do número de mulheres é superior ao de homens.

A população entre 25 e 34 anos, com formação no ensino superior completa, representa cerca de 21% da população brasileira. Este número diminui significativamente quando se trata de curso de mestrado concluído, com 0,8%, e doutorado 0,2%, no grupo de pessoas, entre 25 e 64 anos.

É importante destacar que com a queda da taxa de natalidade, diminui-se também o número de crianças que precisam de vagas escolares. Consequentemente, tem-se que rever a política de educação pública do país.

O PIB foi de R$ 3,961 bilhões em 2019. O pior resultado é a baixa capacidade de financiamento, acompanhando da diminuição da poupança interna, que, aliás, vem sendo decrescente. A desigualdade regional é demonstrada. O PIB do Sudeste é maior do que a somatória das outras quatro regiões. Um terço da população brasileira possui rendimento de 1 salário-mínimo (SM) e ao redor de 6% com rendimento entre 5 e 10 SM. Ao menos a desigualdade entre homens e mulheres no grupo de pessoas economicamente ativas está diminuindo.

Os números de novos empresários e de pessoas que trabalham por conta própria, entre o período de 1996 e 2020, aumentaram respectivamente 62,1% e 50,2%, e o número de empregados teve um incremento de 59,0%. Houve uma diminuição de 48,0% no número de pessoas ocupadas sem remuneração (considerando o período de 1996 e 2011, e de 1% no número de pessoas que se ocupam como trabalhadores domésticos (considerando 1996 e 2020) que, aliás, é coerente com o aumento do número de mulheres economicamente ativas que pode ocasionar, indiretamente, a contratação de pessoas em seus domicílios.

Constatou-se que as empresas da atividade do serviço e comércio, embora sejam geradoras de empregos menos qualificados, podem propiciar oportunidades para os moradores locais, o que se denomina desenvolvimento endógeno[16]. Enquanto na indústria, o crescimento do número de empregos foi insignificante, provavelmente em decorrência da automação dos parques fabris. No setor agropecuário concentra-se nas atividades de lavoura e pecuária tanto o maior número de estabelecimentos quanto a maior área utilizada. É fato que a atividade de lavoura é conhecida na utilização de mão-de-obra extensa e a pecuária na mão-de-obra intensa[17].

Enfim, interpretar o cenário societário socioeconômico brasileiro representa uma etapa de elucidar o ambiente externo de qualquer metodologia de planejamento estratégico aplicado a uma organização e sua cadeia produtiva ou, mesmo, antecipar a abertura de um novo negócio. Este cenário é a tentativa de aproximar a realidade societária de fato, onde as organizações estão inseridas.

Referências

Drucker, P. (2001). A decisão eficaz. In: *Harvard Business Review*. Tomada de decisão. Rio de Janeiro: Campus.

Fundação Getúlio Vargas (2020). EAESP, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Centro de Tecnologia de Informação Aplicada. *Pesquisa do FGVCia*: uso da TI: tecnologia de informações na empresa. São Paulo: FGV.

Godard, O., Ceron, J. P., Vinaker, K., & Passaris, S. (1987). Desarrollo endogeno y diferenciacion de espacios de desarrollo: um esquema de analisis para el desarrollo local. Estudios Territoriales, (n.24, p.135-147).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1999). Diretoria de Pesquisas, Divisão de Cadastro e Classificação, Cadastro Central de Empresas. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE.

[16] O desenvolvimento endógeno é a capacidade de uma determinada sociedade para adquirir um certo domínio sobre o seu desenvolvimento. (Godard et al, 1987).

[17] O conceito de utilização de mão de obra extensa e intensa foi importado da economia. Segundo Ignacy Sachs, o crescimento intensivo é aquele que se faz através da produtividade e crescimento extensivo é aquele que se faz através de emprego (In: Siebert, 2001).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020a). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020b). *Diretoria de Pesquisa, Departamento de Contas Nacionais 2020*. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020c). Pesquisa mensal de emprego. Rio de Janeiro: IBGE.

Organization for Economic Cooperation and Development (2019). *Education at a Glance 2019*: OECD Indicators. Paris: OECD Pub. https://doi.org/10.1787/f8d7880d-en

Sachs, I. (2001). Cooperação e co-produção público-privado: o papel do terceiro setor. In SIEBERT, C. (Org.). *Desenvolvimento regional em Santa Catarina*. Blumenau: EdiFurb.

Sampaio, C. A. C., & Santos, M. A. (2002). Análise do cenário brasileiro: uma contribuição para a formulação de estratégias organizacionais. *Revista de Negócios*, 7 (2), p. 17-24.

Toynbee, A. (1987). *Um estudo da história*. São Paulo.

United Nations Development Program (2020). *Human development indices and indicators 2019*. New York: UNDP.

United Nations Development Program (2020). *Human development reports*. New York: UNDP. Available: Human Development Reports (undp.org).

Veiga, J. E. (2002). *Cidades imaginárias*. São Paulo: Editora Autores Associados.

Inclusão e diversidade: pessoas com deficiência no mercado de trabalho

Inclusion and diversity: people with disabilities in the labor market

Andrea Luiza Quaesner da Silva[1]; Isabel Jurema Grimm[2]

Recebido: 14/09/2021. Aceito: 15/11/2021

Resumo

Abordar a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro, implica considerar a complexidade inerentes à condição de ser deficiente e as transformações em nível social e organizacional, sucedidas ao longo das últimas décadas. Dessa forma, este artigo investiga a inclusão de Pessoas com Deficiência (PcDs) no mercado de trabalho, identificando oportunidades de melhoria para enquadrá-lo nos preceitos de responsabilidade legal e social. A pesquisa ocorreu em uma empresa do setor de varejo, localizada na cidade de Curitiba (PR). De natureza qualitativa e viés descritivo, a coleta de dados aconteceu por meio de entrevistas junto a lideranças e colaboradores portadores de deficiência. Como resultado cconstatou-se a ausência de um projeto estruturado para as práticas de governança que integrem às estratégias da inclusão na organização o que pode dificultar o cumprimento da lei de cotas.

Palavras-chave: Governança Corporativa. Inclusão. Deficiência.

Abstract

Addressing the inclusion of people with disabilities in the Brazilian labor market implies considering the complexities inherent to the condition of being disabled and the transformations at the social and organizational level, which have taken place over the last few decades. Thus, this article investigates the inclusion of people with disabilities (PwDs) in the labor market. This article investigates the inclusion of people with disabilities on the labor market, identifying opportunities for improvements, to fit them in the precepts of legal and social responsibility. The research took place in the retail sector's company, in the city of Curitiba. The data collection, observing the qualitative nature and descriptive bias, so took place through interviews with leaders and employees with disabilities. It was observed a lack of a structured project for governance practices that integrates the inclusion strategies within the organization, which could difficult compliance with the law responsible to regulate this sector.

Keywords: Corporate Governance. Inclusion. Disability.

1. Introdução

[1] Mestra em Governança e Sustentabilidade. E-mail: andrealu5@yahoo.com.br.

[2] Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, mestra em Desenvolvimento Regional. E-mail: isabelgrimm@gmail.com.

Desde a promulgação da Lei de Cotas (Lei 8.213/91), houve avanços em termos de inclusão desse público no quadro funcional das empresas. A legislação trouxe uma resposta à sociedade para a problemática de exclusão social vivida pelas pessoas com deficiência, todavia, existem desafios no âmbito interno das empresas, especialmente no sentido de encontrar formas de gestão, que assegurem um processo inclusivo satisfatório, pois, são muitas as variáveis a serem levadas em conta nessa dinâmica. Portanto, a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro, deve considerar a condição inerente de ser deficiente, e as transformações em nível social e organizacional sucedidas ao longo das últimas décadas.

Com vistas a superar os desafios da inclusão no âmbito das empresas, estudos sinalizam que os interesses empresariais devem englobar um amálgama de atores sociais (Silva, 2014), o que faz surgir o grupo de pessoas com deficiência (PcDs), situado no campo de ações afirmativas, como um fenômeno gestado em resposta à exclusão social histórica vivida por esta população. Diferente de outras condições, a deficiência circunda no imaginário social a ideia de incapacidade e tragédia pessoal (Piccolo, 2015). Tal visão atribuiu a esses indivíduos modos excludentes, da família ao trabalho.

Reproduz-se, portanto, uma forma de opressão social (Piccolo, 2015) e, é nesta opressão que se dá o nome de deficiência, evidenciada pela estrutura social que remove do convívio social o sujeito deficiente. Esta perspectiva surgiu na década de 1960 em sobreposição à visão biomédica de doença, sendo denominada modelo social da deficiência (Diniz, 2007; Piccolo, 2015). O marco deste modelo está em deslocar o problema da deficiência do indivíduo para toda a sociedade (Piccolo, 2015).

Em termos de gestão organizacional, os praticantes da inclusão baseiam-se no modelo social da deficiência (Sassaki, 2010), ou seja, do olhar centrado no sujeito e em sua condição particular, o fenômeno é amplificado para o sujeito partícipe de um ambiente social. Nesse sentido, o passo adiante rumo à inclusão de PcDs passou a ser corporificado via legislação, que içou a temática da deficiência a uma questão de direitos fundamentais (Piccolo, Mendes, 2013), especialmente no âmbito trabalhista, pela lei de cotas valendo-se da contribuição que o trabalho promove na vida dos indivíduos. Dados do Ministério do Trabalho apontam que o número de vínculos empregatícios formais destes profissionais cresceu 26,3% entre 2011 e 2017 e,

atualmente, o Brasil possui 441 mil PcDs empregadas (Ministério do Trabalho, 2018). Assim, evidencia-se uma evolução na ocupação desse público nas empresas brasileiras, entretanto, destaca-se que nem sempre a legislação é cumprida.

Em torno disso, a deficiência é alocada no escopo da governança corporativa (GC) ao ser fixada como uma questão de responsabilidade legal e social. O primeiro refere-se às leis e normas que regem o local de atuação das corporações, cumprindo-as integralmente. A responsabilidade social, ao contrário da legal, abarca um princípio ético não vinculativo, não sendo obrigatória (Antonik, 2016). Na perspectiva proposta, relaciona-se estas duas temáticas à inclusão de PcDs, para engendrar novos delineamentos ao corpus teórico da GC. Dessa forma, postula-se, sobre uma problemática atual, que para ser eficaz é preciso boas práticas e eficiência em gestão.

Neste caminho, o estudo de Csillag, Gyori & Matolay (2018), sobre inclusão de PcDs em organizações europeias, aponta que para gerar uma cultura inclusiva é preciso integrar à iniciativa ao planejamento estratégico das empresas. Do mesmo modo, Macalli et al., (2015), elaboraram um estudo sobre inclusão concluindo que o planejamento pode mitigar consequências negativas na operacionalização do programa de diversidade da organização. Ambos os autores, destacam a importância do planejamento e da gestão para a inclusão, logo, a GC pode contribuir na identificação de problemas e proporcionar instrumentos para solucioná-los.

Frente ao exposto, este artigo tem como objetivo investigar um processo de inclusão de PcDs em uma empresa do setor de varejo, com vista a identificar oportunidades de melhorias para enquadrá-lo nos preceitos de responsabilidade legal e de responsabilidade social. Para alcançar tal propósito. Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema da GC e da inclusão de PcDs no mercado de trabalho, onde emoldura-se a GC sob a dimensão histórica, de responsabilidade legal e social. Em seguida, foi realizada investigação em um dos maiores grupos de concessionárias de veículos do Brasil, com atuação nas regiões sul e sudeste, onde foram analisados documentos como relatórios, código de conduta e website, e entrevistados colaboradores PcDs e lideranças da empresa. Para isso, seguiu-se a identificação do cenário de inclusão da empresa verificando seu enquadramento dentro dos preceitos da responsabilidade legal e social.

2. Governança corporativa: práticas para a inclusão

Governança corporativa é um conceito cunhado na contemporaneidade, com raízes históricas que perpassaram por séculos de transformações socioeconômicas. Sua base conceitual advém do fortalecimento do capitalismo e das grandes corporações a partir do século XIX (Silveira, 2015).

No Brasil, a aplicação da GC evoluiu consideravelmente na última década a partir da abertura da economia, dos investimentos estrangeiros, privatização de estatais e crescimento de empresas nacionais (Silva, 2014). A evolução das práticas de GC em território nacional, destaca-se especialmente por: Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo, a nova lei das Sociedades Anônimas (S.A), a cartilha da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre governança, ações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e o Instituto Brasileiro de GC (IBGC) que desde 1995 fomenta a GC no país (Silveira, 2014).

Existem muitos modelos de GC, embora, os mais expressivos sejam o anglo-saxônico e nipo-germânico (Lethbridge, 1997). O primeiro, origina-se especialmente nos Estados Unidos e Inglaterra e foi disseminado mundialmente orientado aos interesses dos *shareholders*. Calcado pela maximização dos lucros como objetivo único dos negócios, têm raízes no contratualismo e na teoria da agência, assumindo um caráter individualista. Não demora a surgir questões que contrapõem a GC orientada aos *shareholders*, essencialmente pelas más condutas dos gestores e o papel empresarial na sociedade. A crítica atribui-se pelas falhas nos mecanismos de controle que não impedem comportamentos antiéticos dos agentes (Jensen, Meckling, 1976; Bottenberg et al., 2016). Diversos escândalos corporativos nos Estados Unidos e a crise financeira de 2008, levantaram dúvidas sobre a superioridade do modelo anglo-saxônico, que revelaram vulnerabilidades e renovaram o interesse em modelos alternativos (Bottenberg et al., 2016).

Nos anos 1990, o debate sobre GC avançou ao questionar o papel empresarial, imprimindo à ela um viés social ao pressupor que outros grupos também sofrem o impacto das decisões empresariais. Destarte, surge outra perspectiva de GC originada nos países nipo-germânicos que endossa o equilíbrio entre os interesses dos acionistas e grupos que são impactados pelas suas atividades, os *stakeholders* (Lethbridge, 1997). Aqui, a compreensão do termo *stakeholders* de Freeman (1984) refere-se a grupos ou indivíduos que podem afetar ou serem afetados pelas

atividades da organização. A GC orientada aos interesses dos *stakeholders*, permite arquitetar um arranjo organizacional que versa com o lucro e o desenvolvimento social, e acompanha as discussões de responsabilidade social (Bottenberg et al., 2016).

Deslocando ao cenário brasileiro, envolto em diversas mazelas sociais, pode-se considerar a implicação de novos desafios à gestão corporativa. Logo, urge alcançar um paradigma de GC que inclua na administração ações em prol de demandas adjacentes, a exemplo da inclusão de PcDs.

2.1 Responsabilidade legal no contexto da inclusão de PcDs

As bases legais que amparam a inclusão de PcDs nas empresas brasileiras são fruto do processo de democratização do país, que dentre outros avanços, resultou na elaboração da Constituição de 1988. Dentre os direitos assegurados, enfatiza-se as penalidades à discriminação contra minorias e o direito ao trabalho das PcDs (Kinzo, 2001; Braga, Schumacher, 2013). Dado que as minorias se originam das relações de assimetria social, tal condição requer o uso de instrumentos legais de proteção e acesso aos direitos fundamentais (Madeira, 2016; Carmo, 2015; Braga, Schumacher, 2013).

O conceito de minoria exposto fundamenta-se pela perspectiva jurídica, firmando-se por grupos que sofrem discriminação e são vítimas de intolerância (Carmo, 2015). Diferentemente das discussões sobre desigualdade econômica, de gênero e racial, nas quais há compreensão política de que fatores biológicos e/ou congênitos não determinam a desvantagem social, no âmbito da deficiência este argumento não se aplica. Ao sujeito deficiente nem todos os ajustes possíveis são capazes de assegurar-lhe plena liberdade de ir, vir e agir, em decorrência da possível gravidade de sua condição (Diniz, 2007). Associadamente, atos em prol da inclusão social de PcDs foram estabelecidos, com destaque à Lei 8.213/91, chamada lei de cotas, que designa em seu Art. 93º, uma porcentagem entre 2% e 5% de PcDs ou reabilitadas que empresas privadas a partir de 100 empregados deverão contratar. Positivada, a legislação prevê multas em caso de não cumprimento, descaracterizando a possível não adesão dos empregadores (Braga & Schumacher, 2013).

A incumbência de fiscalizar o cumprimento da legislação é operacionalizada pelos auditores-fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego. As ações de fiscalização envolvem lavrar

um auto de infração, firmar termos de ajuste de conduta, aplicar multas, e ainda, orientar o cumprimento da lei para posteriormente verificar sua aplicação.

Portanto, se a GC engloba atuar em consonância com o ordenamento jurídico, a responsabilidade legal impõe às empresas atingir suas metas econômicas respeitando as leis (Souza & Marcon, 2002). A inclusão de PcDs condiciona o alinhamento dos negócios a uma cultura de cumprimento às normas, ao mesmo tempo que, evidencia o comportamento ético empresarial. Pode-se dizer que a responsabilidade legal é um dos sustentáculos para que uma organização opere de forma ética.

Na literatura, um outro conceito utilizado para cunhar a responsabilidade legal dentro das organizações é o de *compliance* (Antonik, 2016). Na conjuntura brasileira, o *compliance* estabeleceu-se pela lei anticorrupção (Lei, 12.846/13) e o Decreto n. 8.420, que regulamenta a responsabilização por atos ilícitos contra os poderes públicos (Antonik, 2016; Castro et al., 2018). Concebida para fomentar o combate à corrupção, dispõe sobre o respeito às normas e regulamentos externos pelos instrumentos de controles internos. No escopo da deficiência, não estaria ao alcance da lei anticorrupção abranger à lei de cotas (1991) nas organizações. Todavia, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2017) incorpora ao *compliance* outras circunstâncias, como a busca permanente de coerência entre aquilo que se espera de uma organização – respeito às regras, valores e princípios – e o que ela de fato prática no dia a dia. Ao descumprir leis, códigos de conduta ou políticas internas, as consequências podem incluir perdas, danos à reputação e sanções legais (IBGC, 2017).

2. 2 Responsabilidade social no contexto da inclusão de PcDs

Embora a regulamentação seja o ímpeto inicial por trás dos esforços de contratação de PcDs, é cada vez mais comum no meio corporativo relacionar a inclusão com outras estratégias de gestão, como a responsabilidade social. Advinda das discussões sobre ética nas empresas, a temática corporificou a partir dos anos 1950, manifestando-se como uma nova forma de fazer negócios em consonância aos interesses da sociedade (Carrol, 1999).

A integração entre deficiência e responsabilidade social das empresas considera essa população como um de seus *stakeholders* (Segovia-San-Juan et al., 2015). Em estudo sobre o

compromisso com as PcDs em empresas espanholas, os autores analisaram quatro dimensões (stakeholders, visibilidade, recursos humanos e acessibilidade) de indicadores que permitiram averiguar as informações sobre inclusão, publicadas nos relatórios de sustentabilidade das empresas. Dentre os resultados, destacam que estas se preocupam mais em melhorar sua imagem externa do que pelo comprometimento com seus funcionários PcDs. Este fato versa com as críticas às agendas de responsabilidade social destinadas às PcDs, que focalizam na proteção da imagem e reputação em detrimento do verdadeiro compromisso com as PcDs (Segovia-San-Juan et al., 2015).

No rol de ações socialmente responsáveis, percebe-se inúmeras contradições entre o que é assumido como postura ética e o que é efetivamente praticado nos bastidores. Críticos da responsabilidade social alegam que o posicionamento em prol do social objetiva ampliar a competitividade, que se dá especialmente pela consolidação de uma imagem favorável (Soares, 2004).

Dentro do escopo da GC, a inclusão de PcDs não deve restringir-se a mais uma prática socialmente responsável, mas de uma mudança organizacional que de ponta a ponta deve responder positivamente ao processo de inclusão. Para isso a legitimidade das ações requer práticas de gestão estruturadas.

Nesta via, a responsabilidade social se entrelaça à GC, que instrumentaliza a administração e o controle empresarial (Silveira, 2015). Ou seja, sem base substancial de GC, as empresas que adotarem ações de responsabilidade social possivelmente irão se restringir ao discurso vazio. Ou seja, toda a mudança de paradigma deve ser internalizada para moldar uma nova cultura de gestão, que a posteriori, resultará em benefícios para todos os stakeholders (Silveira, 2015).

3. Metodologia

Constituída como uma pesquisa qualitativa de viés descritivo, constitui-se como um estudo de caso que possibilitou explorar uma temática delimitada, contemporânea. O estudo transcorreu em uma empresa familiar, reconhecida como um dos maiores grupos de concessionárias de veículos do Brasil. Com 26 anos de atuação, a empresa possui 85 unidades de negócio representando 15 marcas de automóveis. Em 2007 a organização criou um instituto que leva o seu nome, e que será nominado como “Instituto”. Enquadrada como Organização da Sociedade Civil

(OSC), a entidade firma-se como o setor de responsabilidade social da empresa, que engloba dentre outras iniciativas sociais, um projeto de inclusão de PcDs.

Referente à inclusão de PcDs, o Instituto auxilia à empresa com um projeto de capacitação de PcDs, denominado "Ação e Inclusão". A iniciativa existe há 5 anos e capacitou entre 2014 e 2018, 161 indivíduos, tendo como narrativa principal conceder oportunidades de desenvolvimento profissional para pessoas com todos os tipos de deficiência, de baixa renda e pouca qualificação ou escolaridade. Os participantes são contratados como celetistas e vinculados à empresa. Durante o período de capacitação eles recebem salário para estudar e desenvolver-se profissionalmente até estarem preparados para o ingresso nos setores corporativos. O projeto ocorre em um espaço exclusivo para esta finalidade, localizado em uma das unidades de negócio. O Instituto também fornece capacitação em outras áreas para PcDs da comunidade sem a modalidade de vínculo empregatício.

Para identificar o cenário da inclusão na empresa a partir da análise da GC, com foco na responsabilidade legal, coletou-se dados secundários e primários em documentos e por meio de entrevistas a 12 lideranças de setor e 8 colaboradores portadores de deficiência.

A coleta de dados secundários estruturou-se por pesquisas em documentos da empresa: relatórios, materiais publicitários, websites, apresentações internas e o código de conduta. A escolha dos documentos considerou a regra de pertinência, e o tratamento das informações se deu por técnicas de análise de conteúdo de acordo com Bardin (2016).

Para os dados primários foram realizadas 22 entrevistas na organização, onde, por meio de questionários estruturados com questões abertas, foi possível obter informações sobre as práticas de inclusão, tanto na perspectiva dos gestores que possuem em seu quadro funcional indivíduos com deficiência, bem como, dos próprios colaboradores PcDs. O questionário foi elaborado pelo desmembramento do documento emitido pelo Ministério do Trabalho (2018) em subcategorias, que engloba os principais aspectos legais pertinentes à inclusão de PcDs. O objetivo foi identificar se o processo inclusivo adota preceitos de responsabilidade legal e o possível enquadramento como iniciativa de responsabilidade social.

Os entrevistados foram escolhidos considerando o relacionamento com o processo de inclusão da empresa, ou por ser uma PCD que tenha passado pelo projeto do Instituto. A preferência

ocorreu em relação aos profissionais que atuam nas unidades de Curitiba, centro das operações da empresa e por questões de conveniência logística.

As entrevistas ocorreram entre os meses de janeiro e abril de 2019, por agendamento, individualmente e com duração média de quarenta minutos. Foi assegurado o anonimato dos entrevistados (conforme condicionado pela empresa). A condição da deficiência é embasada pelo laudo caracterizador da deficiência que contempla a CID, Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS, 1997) e Convenção Internacional Sobre os Direitos da PCD (2008), o qual o Brasil é signatário.

O tratamento dos dados foi elaborado inteiramente por técnicas da análise de conteúdo, onde foi constituído o corpus da análise, sucedido pela leitura flutuante e exaustiva do material. As categorias de análise (responsabilidade legal e social) operaram como um sistema que transforma e agrupa os dados em unidades de registro (temas) e que viabilizam maior rigor e profundidade na construção da etapa descritiva. A GC balizou a construção do trabalho e constitui-se no principal elemento de orientação, considerando-se suas práticas.

4. Resultados e discussões

Um programa de inclusão efetivo, primeiramente, cumpre a lei de cotas (Lei, 8.213/91). No caso investigado a cota é de 64 PcDs. Com base no relatório do setor de Recursos Humanos (RH), o número de efetivados enquadrados como PcDs totaliza 68 profissionais, sendo 52 em função, ou seja, em desempenho de suas atividades laborais e 16 no projeto Ação e Inclusão do Instituto.

As práticas de GC foram implantadas no início de 2019, pelo programa de *compliance* denominado “Programa Caminho Certo”. Seu objetivo é disseminar os valores da empresa e trazer orientações por meio do código de conduta, o principal instrumento do programa. Trata-se de uma ferramenta online em que todos os funcionários podem utilizar de forma anônima ou não e onde é possível informar ou denunciar ocorrências contrárias às políticas organizacionais. Quanto aos mecanismos para coibir atos de preconceito contra funcionários PcDs, as unidades de registro encontradas no código expressam que a empresa não aceita comportamentos discriminatórios. Ao final do código foi encontrada uma informação sobre um canal de relatos. Posto isto, compreende-se que a empresa não conta com uma iniciativa específica para coibir comportamentos inadequados

contra PcDs, embora, o código de conduta e o canal de relatos englobem o tema e ofereçam um meio de proteção contra atitudes discriminatórias.

Ao analisar o conteúdo do relatório “Metodologia do Projeto Ação e Inclusão”, da organização foi possível identificar que este se refere ao programa de inclusão de PcDs da empresa, que o transformou em um projeto social e repassou a demanda ao seu Instituto de Responsabilidade Social, encarregado de capacitar as pessoas, acompanhar seu desenvolvimento e fazer o encaminhamento para uma função dentro da empresa.

Buscando compreender como ocorre o processo de inclusão na organização, os principais apontamentos dos entrevistados demonstraram a ausência de práticas inclusivas, sendo elas muitas vezes realizadas pelos próprios colaboradores da empresa, que eventualmente contam com apoio e orientações do Instituto. Para ilustrar o processo de inclusão no contexto vivencial das PcDs na organização, dividiu-se em temas: esforços pessoais, e estrutura seguindo o modelo médico de referência e capacitação no processo de inclusão, acolhimento e satisfação de acordo com o modelo social de inclusão. A análise, teve como foco central a questão da deficiência, por meio da verificação de como o Instituto de Responsabilidade Social da empresa realiza o processo de inclusão. Com base nessa classificação, a coleta de dados obteve as seguintes observações em relação aos esforços pessoais para a adaptação (modelo médico) onde colaboradores PcDs relatam que: *"Eu tento buscar situações em que eu consiga me superar". "Eu preciso me concentrar bastante para entender as coisas, pois as vezes tem muito barulho". "Arrumo um jeito para subir nos lugares sem acessibilidade ou peço ajuda para alguém alcançar". "Quebrar o preconceito no mercado mostrando que sou capaz".*

*S*obre a estrutura disponibilizada pela empresa para facilitar o acesso e a mobilidade (modelo médico) foi sugerido pelos entrevistados: *"Eu sugeriria a questão do ponto, que deveria ter um dentro do Instituto e não só lá embaixo na concessionária". "Não tem piso tátil, falta estrutura para quem tem deficiência visual total" e a necessidade de "Ter mais computadores para os alunos, hoje falta".*

Com relação à capacitação para o processo de inclusão dentro da organização (modelo social), os relatos trazem observações importantes e inusitadas: *"Ajuda muito, são conhecimentos que não tinha a menor ideia de como era e funcionava". "Aqui eu achei os professores melhores,*

as pessoas de convivência, a estrutura, o lanche, tudo". "Aqui tenho mais oportunidades de aprender". "O Lanche fornecido e o ambiente". "Eu gosto da capacitação do Instituto. Se pudesse só ficava aqui". "To gostando bastante, aprendendo bastante". "O conteúdo é realmente aplicável no trabalho.

Questionados sobre o acolhimento dado pela empresa (modelo social), destacaram: *"Por toda essa interação social que tem e pelo nível de respeito que os professores e pessoal do Instituto tem pela gente". "Aqui é tranquilo, é sossegado, todo mundo se dá bem, conversa, apoia, é unido". "Me sinto parte da vida deles, como se fôssemos uma família". "Quando eu cheguei todo mundo me recebeu bem, hoje me sinto à vontade"."... o que eu gosto é do ambiente, o seu Jair já recebe a gente com o maior sorriso. A receptividade é o que mais me ajuda, é o que me faz sentir bem-vindo". "As pessoas dão bom dia, perguntam o nome, se está tudo bem".*

Com relação à satisfação em trabalhar na organização (modelo social) os entrevistados destacaram que: "*Sinto que estou me desenvolvendo e me capacitando. Me sinto muito bem". "Eu me sinto bem em ir pra aula, aqui não tem sentimento que eu sentia em outros empregos, de acordar e sentir um peso em ir". "Pelo suporte que a gente tem de sair daqui mais capacitado". "O Projeto se importa realmente com os alunos". "Os alunos recebem muita ajuda e são respeitados". "Cada um no seu ritmo, cada um tem um tipo de dificuldade de aprendizado, isso é respeitado, acho bastante interessante". " Me sinto capaz de ir para uma vaga e satisfeito por fazer parte do projeto".*

Com base nos relatos acima é cabível destacar que a deficiência não é somente resultado do acaso da natureza, e não deve ser tratada como uma questão individual, oriunda de tragédia pessoal e limitação corporal (Diniz, 2007). O novo campo dos estudos sobre deficiência, vai além da conotação biomédica, nele, emerge o chamado modelo social, em resposta à visão da deficiência como azar e opressão social pelo corpo (Diniz, 2007; Barnes et al., 2002). A transição entre a perspectiva individual e médica para a perspectiva estrutural e social, foi apresentada como a mudança do “modelo médico” para o “modelo social”, onde as pessoas são vistas como deficientes pela sociedade e não devido a seus corpos (Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência, 2012).

Em relação a inclusão, a fala dos respondentes denota um sentimento de “apenas cumprir a lei de cotas”. Foram identificadas informações sobre um ambiente com tecnologias assistivas,

elevadores de acessibilidade para incluir todos os tipos de deficiência. A estrutura aqui expressa, refere-se apenas ao espaço físico onde ocorre o projeto (no documento é chamado de espaço-escola inclusivo) e não as demais unidades da empresa. Com base no *website* e materiais gráficos publicitários analisados, constata-se que a empresa apresenta seu processo de inclusão de PcDs como um projeto de responsabilidade social. Não fica claro o papel do setor de RH frente à iniciativa, pois as atribuições relacionadas à inserção de PcDs recaem ao Instituto da organização.

Alguns itens não foram observados em nenhum dos documentos: acessibilidade, plano de carreira, medidas de conscientização de gestores e tecnologias assistivas. Ademais, as informações dos documentos se mostraram genéricas, com ausência de detalhes técnicos, carecendo de elementos que sustentassem certas premissas apresentadas, especialmente as de responsabilidade legal. Isto não quer dizer que a empresa não cumpra estes quesitos, somente que não estão descritos.

A análise sobre acessibilidade e tecnologias assistivas trouxe à tona a percepção da necessidade de adaptações e a assimetria entre as unidades da empresa, foi relatado que alguns locais possuem acessibilidade e outros não. Ao menos 14 entrevistados afirmaram não haver mudanças na estrutura física do seu setor, especialmente pela falta de elevadores, rampas e pisos táteis. Um dos respondentes, deficiente visual, frisou que: “no meu departamento não houve nenhuma mudança estrutural. Aconteceu um desenvolvimento no sistema do computador para que eu pudesse desenvolver meu trabalho e só” (Profissional entrevistado, 2019).

Uma das entrevistadas que atua no setor de obras justificou que muitos imóveis são alugados e nem sempre é permitido modificá-los. Além disso, expôs que os principais problemas estão nos prédios mais antigos, pois os novos preveem acessibilidade no projeto inicial. Ao ser questionada sobre investimentos para adaptações, afirmou ser um fator delicado, pois o setor automotivo foi impactado negativamente pela crise econômica nos últimos anos.

Sobre tecnologias assistivas, os respondentes com deficiência visual afirmaram que a empresa modificou o sistema para que pudessem exercer suas atividades, mas frisaram que gostariam que isso fosse expandido aos outros setores. Neste quesito atribui-se à empresa o cumprimento parcial, pois há locais com acessibilidade tecnologias assistivas e outros não.

Mesmo com o processo de inclusão do Instituto, não foram poupadas críticas sobre a falta de apoio e treinamento. De maneira geral, foi identificada uma grande lacuna no processo de inclusão

de PcDs, seja pela fala de profissionais, mas, especialmente, pela manifestação de uma das profissionais do setor de recursos humanos que relata: “Estamos defasados nesse assunto. Temos orientações pontuais, mas, sem processo formal. Nós não treinamos e informamos o suficiente, precisamos melhorar” (Profissional entrevistado, 2019).

Alguns gestores e colaboradores expressaram que não ficam esperando a empresa trazer soluções e buscam conhecimento para saber como incluir PcDs. Um exemplo de engajamento foi a de uma colaborada, que motivou sua equipe a aprender libras para se comunicar e acolher o colega com deficiência auditiva, outros casos similares também foram comentados. Ou seja, mesmo sem o suporte adequado existe abertura em prol da inclusão por parte dos profissionais da empresa.

Sobre as práticas de inclusão, ficou evidenciado pela maioria dos entrevistados que o processo funciona bem quando é a capacitação oferecida pelo Instituto. Isso foi enfatizado especialmente pelos respondentes PcDs, que foram alunos do projeto do Instituto e narraram ter gostado da experiência considerando-a fundamental ao seu desenvolvimento profissional. Em sua visão, a problemática ocorre após a inserção na função.

Para a maioria dos entrevistados, se a organização contasse com uma prática específica de inclusão de PcDs com o envolvimento do setor de recursos humanos, o processo seria facilitado e até mesmo, expandido. Nesse ponto é importante destacar um fator que chamou atenção. Foi a dissociação da “empresa” com o “Instituto”. O seja, os respondentes não observam que empresa e instituto são a mesma personalidade institucional. Esta separação também foi relacionada pelos profissionais do setor de RH, colocando o Instituto como responsável pela inclusão. As falas sobre o Instituto apoiar a inclusão foram verificadas em 15 respondentes, indicando existir um processo de inclusão, contudo, é visto como algo externo. Sugere-se nesse ponto a realização da inclusão com maior apoio do Instituto e com envolvimento dos demais setores da organização.

Em termos gerais, foi possível identificar que a responsabilidade legal, um dos pilares da GC, que a empresa está cumprindo integralmente a lei de cotas (Lei 8.213/91). Verificou-se pelas entrevistas problemas relacionados à falta de apoio, treinamento de gestores e investimento em acessibilidade. Em relação à GC, notou-se que o envolvimento da alta gestão na inclusão de PcDs não foi mencionado por nenhum respondente. Isso implica tanto pela ausência do setor de recursos

humanos, quanto pela questão do cumprimento legal neste quesito, ao não se integrar às estratégias organizacionais. Também contribui negativamente o fato de a inclusão ser vista como uma iniciativa pessoal de cada colaborador.

O ponto interessante é que o Instituto foi avaliado positivamente pela maioria dos ex-participantes do projeto Ação e Inclusão, pelo desenvolvimento educacional e vocacional obtido. Todavia, a proposta busca resolver um problema legal pela responsabilidade social. E sendo a acessibilidade e o treinamento de gestores questões essenciais para cumprir a legislação, constatou-se que a empresa ainda não cumpre integralmente os preceitos de responsabilidade legal, não podendo ser enquadrada como socialmente responsável, no que se refere às práticas de inclusão.

De maneira geral, é concebível afirmar que a lei de cotas (Lei 8.213/91) garante a contratação de PcDs nas empresas, todavia, não assegura a inclusão. A incompreensão das Leis por parte dos gestores, poderia induzi-los a considerar que a obrigação legal se restringe à reserva e preenchimento do percentual de postos de trabalho por PcDs. Todavia, o ingresso desse público na empresa representa apenas o começo da inclusão e não o seu fim (Braga, Schumacher, 2013). Dentro do escopo da GC incluir caracteriza uma mudança organizacional que de ponta a ponta deve responder positivamente à diversidade.

Por outro lado, foi constatada a potencialidade da implementação de um programa de inclusão, com o intuito de estruturar e preencher as lacunas existentes no atual processo, uma vez que a percepção dos profissionais PcDs que participaram do projeto do Instituto, foi muito positiva. Além disso, outros profissionais mostraram-se abertos para incluir PcDs. Ou seja, existe um programa bem-sucedido e avaliado dentro da própria empresa (projeto do Instituto), que pode ser aprimorado e continuado.

Finalmente, a pesquisa mostrou que os profissionais da empresa que lidam com PcDs em seu dia a dia de trabalho, estão insatisfeitos com o processo de inclusão atual. Por outro lado, quando os entrevistados são PcDs e narram sua experiência no projeto do Instituto, os resultados verificados apontaram para outra direção, resultando em uma avaliação majoritariamente positiva.

Os relatos abriram um caminho com uma bifurcação ao final. São dois panoramas distintos da mesma organização que representam mundos diferentes: por um lado existe um processo de inclusão que insere as PcDs em uma função profissional, sem treinar os gestores ou providenciar

mudanças estruturais e de acessibilidade. E do outro, um processo de desenvolvimento educacional e profissional.

A problemática entorno disso, é que as iniciativas não se conversam e convergem em um fluxo único de trabalho. Além disso, existe uma ausência de envolvimento da alta gestão e a falta de comunicação e definição das estratégias e papéis dos setores envolvidos com ações inclusivas. A inclusão se desdobra em diversos níveis. Neste caso, verificou-se a importância de se ter estruturado um processo homogêneo, do topo à operação, abrangendo a política interna e todos os setores da organização.

5. Considerações

Com base nas entrevistas com os colaborados da empresa, tanto portadores de deficiência quanto aos que não possuem deficiência, foi possível identificar oportunidades de melhorias para a inclusão de PcDs na organização, dentro das exigências legais e de responsabilidade social. Todavia, preencher este hiato pressupõe um método, um programa de inclusão. Em consonância com esta dinâmica, Simonelli e Camarotto (2011), contribuem com o estudo, ao desenvolver um modelo de inclusão que prevê a preparação social e técnica das PcDs para o trabalho e a adequação do ambiente profissional. Tais ações são desenvolvidas via estágio profissional, realizado na empresa, por meio de acompanhamento psicossocial e do desenvolvimento técnico das pessoas.

No caso estudado, a preparação técnica é realizada pelo Instituto, e a oportunidade se faz pela adequação da estrutura e a possibilidade de mesclar a atividade educacional com um estágio nos setores organizacionais. Esta frente pode ampliar o alcance da inclusão e ao mesmo tempo, aproximar os gestores.

Desta maneira, foram identificados pontos de melhoria para a inclusão, destacando: (i) a necessidade de ter um projeto específico de inclusão; (ii) processo de inclusão ser dividido e organizado entre o RH e o Instituto; (iii) estruturar o fluxograma dos processos; (iv) sistematizar a comunicação e o treinamento dos gestores e; (v) mapear os ambientes e investir nas modificações necessárias tornando-os acessíveis e inclusivos. Tais observações podem contribuir para enquadrar a empresa pesquisada nos preceitos de responsabilidade legal e de responsabilidade social.

Dentro dos preceitos legais, no documento do Ministério do Trabalho (2018), está descrito que “As empresas eficazes na inclusão de PcDs “... costumam estabelecer parcerias, planos de ação, projetos e/ou programas de inclusão”. Logo, a recomendação inicial se faz em torno da construção de um projeto único de inclusão, envolvendo especialmente a alta gestão da empresa, o Instituto e o setor de recursos humanos. Ressalva-se que para cumprir a responsabilidade legal, é preciso repensar o atual processo de inclusão junto aos outros setores da empresa. Pois, somente desta forma, as ações realizadas pelo Instituto em prol da inclusão, poderão ir além do cumprimento da Lei e ser considerada uma iniciativa de Responsabilidade Social.

Embora se tenha atingido ao objetivo proposto, é possível verificar algumas limitações desta pesquisa, relacionadas à própria complexidade inerente à condição de ser deficiente no campo organizacional, pois, não foi possível abordar diversos outros temas que emergiram durante as entrevistas como, mudanças de crenças e valores de quem trabalha com PcDs, mapeamento de acessibilidade, benefícios e desafios atitudinais da inclusão, dentre outros. Tais pontos, são de grande relevância para explorar em futuros estudos.

Por fim, a contribuição deste estudo se faz pela ampliação do alcance da GC ao traçar um percurso teórico que inter-relaciona a temática com a responsabilidade legal, social e a inclusão de PcDs. Em termos pragmáticos, acrescenta pela identificação dos desafios que envolvem a inclusão, e por meio de um caso real, expõe estratégias de construção de soluções frente a uma problemática contemporânea presente nas grandes corporações brasileiras.

Referências

Antonik, L. R. (2016). *Compliance, ética, responsabilidade social e empresarial: uma visão prática.* 1 ed. Rio de Janeiro: Alta Books.

Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Bottenberg, K., Tuschke, A., & Flickinger, M. (2017). Corporate Governance Between Shareholder and Stakeholder Orientation: lessons from Germany. *Journal of Management Inquiry*, 26(2), 165–180. https://doi.org/1.1177/1056492616672942.

Braga, M. M. S., & Schumacher, A. A. (2013). Direito e inclusão da pessoa com deficiência: uma análise orientada pela teoria do reconhecimento social de Axel Honneth. *Sociedade e Estado*, *28*(2), 375-392.

Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de, 5 de outubro de 1988.

Brasil (1991). Lei n. 8.213 de, 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências.

Brasil (1998). Lei n. 9.608 de, 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

Brasil (2013). Lei n. 12.846 de, 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

Carmo, C. M. (2016). Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (64), 201-203.

Carroll, A. B. (1999). Corporate social responsibility: evolutional of definitional construct. *Business & Society*, v. 38, n. 3, p. 268-295.

Castro, P. R., Amaral, J. V. & Guerreiro, R. (2019). Adherence to the compliance program of Brazil's anti-corruption law and internal controls implementation. *Revista Contabilidade & Finanças*, *30*(80), 186-201.

Csillag, S., Zsuzsanna, G., & Matolay, R. (2018). The critical state of corporate social responsability in Europe. "Two Worlds Apart? Corporate Social Responsibility and Employment of People with Disabilities", *The Critical State of Corporate Social Responsibility in Europe* (*Critical Studies on Corporate Responsibility, Governance and Sustainability*, *Vol. 12*), Emerald Publishing Limited, p. 57-81. https://doi.org/10.1108/S2043-905920180000012003.

Decreto n. 8.420, de 18 de março de 2015. Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências.

Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (2006) (editores). *O planejamento da pesquisa qualitativa.* Porto Alegre: Artmed.

Diniz, D. (2007). *O que é deficiência*? São Paulo: Editora Brasiliense.

Grandori, A. (2017). Democratic governance and the firm. *Revista de Administração*, *52*(3), 353-356.

Hunt, V., Dixon-Fyle, S., & Yee, L. (2018). *Diversidade como Alavanca de Performance*. McKinsey&Company. Disponível em: https://www.mckinsey.com/business-functions/organization/our-insights/delivering-through-diversity/pt-br.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. (2017). *Compliance à Luz da Governança Corporativa.* Série IBGC Orienta. São Paulo. Disponível em: http://conhecimento.ibgc.org.br. Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

Jensen, M. C. & Meckling, W. (1976). Theory of the firm: managerial behavior, agency cost and ownership structure. *Journal of Economics*, v.3, n.4, p.305-360.

Kinzo, M. D. G. (2001). A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, *15*(4), 3-12.

Lethbridge, E. (1997). Governança corporativa. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 209-232, jun./ dez.

Lethbridge, E. (1997). Tendências da empresa familiar no mundo. *Revista do BNDES*, v.7, Brasília.

Fasciglione M. (2015) Corporate Social Responsibility and the Right to Employment of Persons with Disabilities. In: Della Fina V., Cera R. (eds) Protecting the Rights of People with Autism in the Fields of Education and Employment. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-13791-9_7.

Maccali, N., Kuabara, P. S. S., Takahashi, A. R. W., Roglio, K. D., & Boehs, S. T. M. (2015). As práticas de Recursos Humanos para a gestão da diversidade: a inclusão de deficientes intelectuais em uma Federação Pública do Brasil. *Revista de Administração Mackenzie*, 16(2), 157-187.

Madeira, L. M. (2016). Compliance: a (rara) aplicação de instrumentos internacionais de proteção a direitos humanos pelos tribunais intermediários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (21), 45-76.

Ministério do trabalho (2018). Relação anual de informações sociais, RAIS 2016. Brasil.

Organização Mundial da Saúde. (1997). CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo; vol.1.

Piccolo, G. M. (2015). *Por um pensar sociológico sobre a deficiência*. Curitiba: Appris.

Piccolo, G. M., & Mendes, E. G. (2013). Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência. *Educação & Sociedade*, *34*(123), 459-475. https://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302013000200008.

Sassaki, R. K. (2010). *Inclusão*: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA.

Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência, (2012). Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.curitiba.pr.gov.br/.

Segovia-San-Juan, A. I., Saavedra, I., & Fernández-de-Tejada, V. (2015). Analyzing disability in socially responsible companies. *Social Indicators Research*,130(2), 617-645. https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11205-015-1198-9

Shimeld, S., Williams B., & Shimeld, J. (2017). "Diversity ASX Corporate Governance Recommendations: A step towards change?", *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, Vol. 8.

Silva, A. L. C. (2014). *Governança Corporativa e sucesso empresarial*: melhores práticas para aumentar o valor da firma. 2.ed. São Paulo: Saraiva.

Silveira, A. D. M. da (2015). *Governança Corporativa no Brasil e no Mundo.* 2.ed. Rio de Janeiro: Campus.

Simonelli, A. P., & Camarotto, J. A. (2011). Análise de atividades para a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho: uma proposta de modelo. *Gestão & Produção*, *18*(1), 13-26.

Soares, G. M. P. (2004). Responsabilidade social corporativa: por uma boa causa? *RAE eletrônica*, 3(2). https://dx.doi.org/10.1590/S1676-56482004000200007

Souza, E. M., & Marcon, R. (2002). *A Responsabilidade Social das Empresas para com Consumidores, Acionistas e Sociedade*. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo2002-13.pdf

Sustainable tax systems: the importance of the creation of a tax system based on corporate environmental and social performance*

Sistemas tributários sustentáveis: a importância da criação de um sistema tributário baseado no desempenho ambiental e social corporativo

Alessandra Dabul[1]

Recebido: 27/10/2021. Aceito: 15/11/2021

Abstract

The purpose of this article is to analyze and start the discussions around the topic involving ESG initiatives taken from private corporations and their respective long term longevity. A concern involving the appropriate approach regarding the possible result of such initiatives towards shaping future attendance to the common good is also under analysis. The proposal is to take the example of the financial market which is promoting ESG related investments and compare to a possible approach to be provided by taxation and promote the private understanding of the reason for taxation. Engaging the parties to the taxes into a concept of tax investors united rather than a "tax collector *versus* tax payer relationship".

Keywords: Taxes. ESG. Sustainability. Tax Investment.

Resumo

Este artigo faz uma análise inicial e propõe que se discuta o tópico envolvendo as iniciativas ESG (ou ASG – Ambiental Social Governança) tomadas pelas empresas privadas e a respectiva longevidade das mesmas. A preocupação envolvendo a análise dos possíveis resultados de tais iniciativas em favor da formatação do que futuramente se entenderá por bem comum está também sob análise. A proposta é tomar-se o exemplo do mercado financeiro, que está promovendo o apoio aos investimentos conectados a iniciativas ESG e compará-lo a uma possível alteração no tratamento da relação tributária, promovendo um entendimento privado acerca das razões para a ocorrência da tributação. A proposta é a de se promover o engajamento das partes relativas à tributação num conceito de união pelo investimento tributário ao contrário do que hoje se encontra na atual relação "cobrador dos impostos em oposição ao contribuinte dos impostos".

Palavras-chave: Impostos. ESG. Sustentabilidade. Investimento Tributário.

---

* Paper presented and selected for publication at CR3+, the 8th International Conference in Corporate Responsibility, Sustainability, Governance and Innovation - Shaping a sustainable future, in October 2021, Curitiba, Brazil.

[1] Alessandra Dabul. Professor by invitation at ISAE/FGV – Curitiba-PR. Licensed Professor at Unicuritiba. Master Degree in Economics and Social Law; PhD in Economics, Environmental and Social Law. Certificate in Sustainable Capitalism and ESG from the University of California, Berkeley Law School. E-mail: alessandra@pereiradabul.adv.br

1. Introduction

ESG (Environmental and Social Governance) is becoming, more and more a reality for corporations. Investing in areas that represent the true values of a corporation not only provides the protection for the brands they represent and ultimately engage consumers, but also means the protection against future risks of non concerning policies around sustainable programs that would reflect negatively in the market value of the corporation. Executives and companies are at the forefront of some of the most contentious and important social issues of our time.

Throughout pronouncements, policies, boycotts, sponsorships, lobbying, and fundraising, corporations are actively engaged in issues like immigration reform, gun regulation, racial justice, gender equality, and religious freedom. This is the new reality of business and social activism in America (Lin, 2018). Scandals involving certain brands have demonstrated stakeholders powers over the old belief that corporations sole purpose was to bring profit for its shareholders.

While corporations are more and more focused on attending all stakeholders demands, investing in diverse areas of public interest, they, at the same time, and in general, do not receive consistent tax incentive regarding such attitude. Acting in lieu of the government in certain areas of public intervention (such as education, health, security and environmental preservation) could lead, in the long term, to the lack of faith in public institutions to perform their roles and also in some entitlement by corporations towards the implementation of certain policies they would, individually, believe in.

This is one of the questions leading this study. Besides that and looking into the future, tax systems urge to be adapted to the reality to come. Taxes are neither a premium, nor a penalty – they are simply the way community is compulsorily led to collaborate with the common good. Brazilian tax system is formed by mostly 5 different types of taxes and for each of them a proper legal treatment guaranteeing the protection of the tax payers is in place, including constitutional guarantees.

The investigation of the purpose of the taxation and the feasibility of the use of the taxes oriented to the performance of Environmental and Social projects is one of the themes of this investigation, but not its main purpose. Among the mentioned types of taxes there is one particular example of taxation which aims to intervene in the economic domain (*Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE*). While the current system only allows its implementation for situations in which there is a clear need of intervention, to save, for example the national industry ("CIDE – Royalties" being an example) protecting the local market, by

taxing imported technology, it can show us one possible path to be followed to protect public interest and perform sustainable policies, directly by the contribution of corporations.

Timid or even impactful programs held by corporations alone could be enlarged by the engagement and the use of the taxes paid by these same companies which would prefer not to implement the programs related to sustainability and would contribute by collecting tax oriented models of taxation, such as CIDEs. No one is advocating the increase of taxes or the penalization of corporations that would invest and seriously implement sustainable practices. On the contrary, the new tax systems would provide such companies with tax incentives reflecting on other categories of taxes, such as the ones currently paid for the common good with no direct reflect on certain programs.

Private programs would be mirrored by public ones, increasing efficiency and attending a higher number of beneficiaries, the ultimate goal of any sustainable program. Financial markets are setting the example by imposing a new approach for investors, which is translated into presenting evidence of their long term thinking around environmental and social programs to receive the investments.

What seemed to be impossible and is still questioned by some is now the driving force on the investment and global markets; a great example to be followed by tax administrators. It is high time tax reformations in discussions included a look back to their origins, why taxes arose, the context of their implementation and change the rationale behind it, in order to stop taxes being considered as the mandatory problem people and companies have to live with. Current and future tax systems shall allow the partnership between public and private to be a reality, a common effort towards the implementation of the programs both parties are failing to provide alone.

2. How corporations are acting and the influence such acts are taking

Large corporations are now investing in programs related to ESG. Suzano has issued SLBs (Sustainability-linked bonds) of US$ 1 billion (Adachi, 2021); Larry Fink, Black Rock´s CEO addresses, on its 2021 letter to the CEOs the importance of long term solid goals around investments; as trustees of the funds that will support the retirement of millions of North American citizens such as teachers, firefighters, business people, doctors among others. Fink states

> It is their money we manage, not our own. The trust our clients place in us, and our role as the link between our clients and the companies they invest in, gives us a great

> responsibility to advocate on their behalf. This is why I write to you each year, seeking to highlight issues that are pivotal to creating durable value – issues such as capital management, long-term strategy, purpose, and climate change. We have long believed that our clients, as shareholders in your company, will benefit if you can create enduring, sustainable value for *all* of your stakeholders (Fink, 2021).

John Goldstein, from Goldman Sachs states similarly once the investment company has developed clear policies around the compliance with ESG policies for funds to receive their managed capital. ESG is no longer a choice[2]. It is a fact, recent research appoints that in the United States, ESG investing has grown to a US$ 40.5 trillion dollars market measured mid 2020 according to Pension & Investments report, and such numbers, according to specialists tend to grow three times faster than non-oriented ESG investments (Matson-Teig, 2020).

Companies with serious ESG programs have performed better than their counterparts and there is the obvious recognition of the society that reflects in their market position. ESG investing has proved to be effective providing investors and companies benefits in various ways, including receive tax credits by supporting ESG programs and initiatives or even investing in companies that state in their values, mission and vision ESG oriented practices and goals[3].

In the summer of 2019, the Business Roundtable (BRT) announced its 1997´s review of the Corporate Purpose by including stakeholders' interests as opposed to the previous one which was supportive to the shareholders' interests only. The statement, signed by the CEOs of 181 major public companies, committed to "lead their companies to the benefit of all stakeholders" delivering value, in their own expression, not just to shareholders but also to employees, customers, suppliers and communities[4].

---

[2] Although some may say ESG investments are not as efficient and oriented as BlackRock may say, see Tariq Fancy studies on the matter, the majority of the studies point to a future of sustainable initiatives, even if the world would have to see some of these fail. See Tariq Fancy and Kenneth P. Pucker articles at https://impactentrepreneur.com/esg-the-fancy-ful-narrative/ and https://www.institutionalinvestor.com/article/b1tkr826880fy2/The-Trillion-Dollar-Fantasy

[3]There has been a growing demand for Leadership in Energy and Environmental Design (LEED)-certified office space. LEED-certified buildings attract top tenants and help increase commercial real estate tenants' bottom line. According to a CBRE report, about 4,700 buildings (41 percent of commercial space) across the 30 largest U.S. office markets have been certified as "green." Recent research also shows that real estate properties across the U.S. that are exposed to sea-level rise are selling at a 7 percent discount compared to similar properties with less exposure. In addition, negative impacts of the COVID-19 pandemic on the real estate industry are pronounced. As a result, some companies are taking steps to reinvest their businesses and build sustainability into the core of their operations. Building a sustainable and safe environment is just as important to investors as it is to tenants and all stakeholders.

[4] And this is not an isolate initiative. In 2006, the UN-backed Principles for Responsible Investment (PRI) was launched, 63 investment companies (asset owners, asset managers, and service providers) with $6.5 trillion in assets under management (AUM) signed a commitment to incorporate ESG issues into their investment decisions. By April 2018, the number of signatories had grown to 1,715 and represented $81.7 trillion in AUM. According to a 2018

What is behind these policies and initiatives? Large corporations have demanding shareholders, who are in fact entitled to their share of the profits, which, in a superficial analysis could be reduced by the investment provided in ESG programs and policies. Why would shareholders support such initiatives? Why would companies which together represent market capitalization exceeding US$ 13 trillion move in this direction? And having done such movement, profiting from it, in the end will they be entitled by these same stakeholders to dictate their own policies in favor of their own consumers?[5]

In the end, there is no longer a choice. Movements such as black lives matter, and boycotting a brand are realities. One can easily choose buying or not from a brand by simply visiting https://www.ethicalconsumer.org/ a very well organized website claiming to help conscious consumers to make the right choice.

Long term investors and shareholders committed to the longevity of the companies have no choice but to add to their agendas the need to comply with ESG. If not, the investment not provided will be translated and reflected into losses and future decrease in companies value and eventually in less profit to be distributed.

Therefore, big corporations are investing in ESG programs. Such investments include programs related to health and education among others which should be charged to public policies and programs and its costs supported by taxes; but public policies and programs are failing to provide attendance to the population needs, hence the private intervention. Corporations will not simply stay silently doing that. There is, in the end, a cost that is supported ultimately by the corporation itself and its shareholders. It is time to call the attention of public authorities and commissions dealing non-stop with tax reformation that there is a potential problem in the future regarding the acts of private corporations in areas previously reserved to the public domain.

Once corporations are even forced by the market to effectively perform on what they promise to invest, the obvious consequence of such investment will be the lack of trust from the general public that public institutions could be trusted to do the same causing a polarization between public and private[6]. By approaching both parties and establishing their common

global survey by FTSE Russell, more than half of global asset owners are currently implementing or evaluating ESG considerations in their investment strategy.

[5] It is valid to mention that some are skeptical about the long term effect of stakeholders interests, even creating the concept of "stakeholderism" as can be read in The Illusory Promise of Stakeholder Governance (Bebchuk & Tallarita, 2020).

[6] It is worth reading the Edelman trust barometer showing the lack of trust in institutions and the increase of trust in public entities as they started to show amidst pandemic they were the path for the health and safety of their

ground on the taxes that support such programs there is an exponential gain on the implementation of sustainable programs. While private corporations can act limitedly in certain communities, public institutions receiving resources labeled as “designated to sustainable programs” can be more effective in terms of reach and goals.

If large corporations and the Global Financial Market can shift to consider ESG oriented practices or investments, what should public institutions do to collect and apply the resources coming from non direct business performed by public companies, such as taxes in ESG programs? What is the belief behind taxes that should change to accept the successful approach to the subject taken by private entities?

3. The main purpose of tax collection – the common good

Initially, taxes were paid by the defeated in war. They would lose territory, their assets and at a certain point in history even their freedom. This is the backlight that settled taxes. No one wants to be in such a situation. The systems have developed throughout the years and guarantees were settled – but taxes are still a way to deprive the tax payer from part of its income, from part of the product of its effort or inherited assets, etc. Expropriation is of the essence in terms of taxation.

Taxes are collected by the public entity to support the acts towards the preservation of the common good. Public health, security, transportation, access to education, among others, are common goals performed by public entities in benefit of their people in several countries. Tax systems are diverse with taxation being more or less transparent, being directly or indirectly supported by the consumer, the ultimate beneficiary of the public goals and supporter of these same programs. Corporations are also an important part of this chain and represent the direct and ultimately the reliable support to financing public policies.

Yes, we are stating here, the State does not give anything for free, you pay for it, as a citizen, as a corporation, you are the ultimate payer of what you receive back. The State collects, organizes, supports in terms of structure, and provides the best efforts towards applying your money into your own benefit.

people. With the politicization of the pandemic, private entities, employers in general regained the confidence of their employees. A good part of the research shows that without the partnership of public and private crisis would have been even worse. https://www.edelman.com/research/trust-2020-spring

In that reality, as safe as one can be by paying and collecting its own taxes, it is the collective effort that makes the policies possible. Bearing in mind, and knowing the more one can include higher tax payers such as corporations in that effort, the more robust and stronger programs can be performed.

4. Tax Benefits and Engagement

While in Brazil the initiatives towards the creation of tax incentives in a system that would engage more and more tax payers and corporations in the implementation of ESG programs are still timid, in the United States, for example, there is several tax incentives related to the implementation of these programs.

Investment Tax Credits (ITC) is an important initiative regarding the development of the renewable energy industry, such as solar systems; the program is in place since 2006 and has helped the industry (solar) grow by more than 10,000 percent[7]; the already consolidated Federal housing program called LIHTC – Low Income Housing Tax Credit is in place for more than 30 years[8]; Renewable Electricity Production Tax Program (PTC) and the Investment Tax Credit (ITC) are other examples of concrete and direct initiatives towards achieving inclusion, sustainability, environmental preservation supporting renewable sources of energy.[9]

The results of these programs have collectively increased the participation of industries and effectively created and implemented long term initiatives aiming at the common good. Another important aspect brought by public initiatives engaging private tax payers is this: long-term sustainable programs. If a corporation is creating a program towards inclusive education for example, and such program works beautifully for 3 years and then there are no more funds,

[7] Since 2006, it has helped the U.S. solar industry grow by more than 10,000 percent, with an average annual growth rate of 52 percent over the last decade.https://www.monarchprivate.com/esg-investment-types/federal-tax-credits/

[8] As part of the Community Renewal Tax Relief Act of 2000: NMTC provides tax credits as an incentive to stimulate business and real estate investment in low income communities. NMTC investors provide capital to community development entities, and in exchange are awarded credits against their federal tax obligations. Investors can claim their allotted tax credits in seven years as 5 percent of the investment for each of the first three years and 6 percent of the investment for the remaining four years, for a total of 39 percent of the NMTC project.

[9] Renewable Electricity Production Tax Credit Program (PTC) and the Investment Tax Credit (ITC) under IRC Section 45: PTC is a per-kilowatt-hour tax credit for electricity generated by qualified energy resources and sold by the taxpayer to an unrelated person during the taxable year. PTC is available for the first 10 years of production at a qualified facility. The ITC allows investors to deduct 26 percent of the cost of installing a solar energy system from federal taxes. The ITC applies to both residential and commercial systems, and there is no cap on its value. https://www.wealthmanagement.com/investment/esg-investing-outlook-and-benefits-tax-credits

the sudden interruption of the program may cause more damages than the good generated by its implementation.

The same can be said on what concerns initiatives towards the preservation of forests for example. As great as they are, their results and benefit come from its longevity and that is where ESG programs should work hand in hand with public institutions and one important link for this long term is the taxation, being represented either by tax incentives or by tax orientation. Robust programs, supporting long-term initiatives.

But to be able to get there, tax systems must be revisited, the approach has to be changed and a partnership has to be established between the parties (tax payer x tax collector moves to a relationship between tax investors present in both parties of the relationship); the concept of tax investment is key for both sides in the relationship and for the communities. When I pay my taxes, I really trust someone to invest them, and this perception changes everything. The same rationale can be used when one understands that by receiving a tax incentive connected to the investment in certain policies, corporations are also worth of the same trust, now to be provided by the tax collector.

5. Tax systems urge to accept the changes towards the reality of what is considered common good

Considering the example of the Financial Market, how can we move forward towards the implementation of a more dynamic and ESG oriented tax system? Engaging public and private initiatives in the same common goal seems to be one important step. What seems necessarily apart should not still be treated as such. It is not a great initiative or a heresy to connect public and private entities, openly on what is, and has been for years and years, their point of contact – taxes. Any maintenance of the necessary separation of public and private on what concerns taxation serves only to disguise the real supporters of the public programs. In countries where such awareness is already a reality, this may not be considered as a new issue, but not all systems are that transparent and intelligible; the Brazilian System, being one sad example of that lack of: transparence, information and simplicity.

We must investigate foreign systems and bring their reality to ours, while promoting discussion towards tax reformation that will not only touch the result of the collection of taxes itself but mostly engage participants in the same common goal. Openly and consciously doing that.

Starting with law projects that will bring tax oriented models of taxation is a good start but it cannot work as an increase in the taxation, causing the opposite result, generating a greater tax burden on the already heavy one.[10]

While tax reformation programs do not include private entities, corporations, tax payers in their discussions, the results will remain the same. The imposition of a tax system which is alien and not comprehensible to the majority – and initiatives – scattered ones – will remain and while effective – may not either grow as much as expected and desired and also end abruptly – causing, potentially, more harm than good.

6. Tax reformation discussions must include the rethinking of the grounds of the system

The never-ending discussions around tax reformation, especially in Brazil, but not only here, shall consider an approach that goes beyond the mere amendment to the current system, with increases or decreases of tax rates or even with the amalgamation of taxes in the attempt to reduce the number of taxes (quite high for sure in certain countries – Brazil with its more than ninety different taxes being a great example of tax inefficiency)[11].

The discussions around tax reformation shall go deeper into the concepts and into the grounds of the tax system – taking into consideration the "whys" rather than the "hows" only. The question is not, how I can increase the taxes without causing more and more suffering to the tax payer, which will lead to tax evasion. The question is – how I promote taxation as a means to the proper achievement of the common good, creating a new relationship between public and private with the real knowledge of where and how the collection is invested. Tax payer must be enlightened, understanding the "price" paid for education, health and security is really high and the consideration should be equivalent to that burden.

A connection between public and private must happen now, while we are discussing tax reformation, aiming at a healthier relationship regarding taxation. The power private and individual initiatives hold, grows exponentially when added to the approach one project can have if supported by the structure that only public entities can put in place. While one company

[10] Although valid and great inclusive initiatives, projects of tax laws such as PL 640/21, which aims to help better Brazilian public schools infrastructure do not consider the increase of tax burden for example and do not create long term engagement between public and private initiatives.

[11]Considering income tax, in Brazil they represent 7,26% of the Gross Internal Product in 2019, while OCDE countries medium is 11,5%. Individually, it is worth mention certain countries such as Turkey (5,8%), Hungary (6,8%), Mexico (7,1%), Slovakia (7,1%), Poland (7,4%) and Chile (7,5%). But the media is increased by countries with more aggressive taxation such as Sweden (15,8%), Norway (16,5%), Australia (17,3%), Iceland (18,4%), New Zealand (18,5%), and Denmark (27,6%).

can act in limited communities, public entities can enlarge these same programs only by using their existing structure. The addition to the text of the Tax Reformation in Brazil of the Sustainable Approach is one path to be followed; spreading the discussion in several communities and countries aiming at the shift of the look into taxation for a more sustainable one, another important step. Encouraging corporations to invest in sustainable programs seeing as such, not only as the implementation of their purpose but also as a means of compromising with the long term cost of the programs based on the taxation that would compensate such investments is also key.

For years the Brazilian "Lei de Informática" provided tax incentives to these companies; more recently WTO (World Trade Organization) issued a recommendation to Brazilian tax authorities requesting an adaptation to this incentive in a manner to proper contemplate the benefit of research and development of an important area – Information Technology (IT). Law 13.969/2019[12] provides tax incentives for companies that invest in research of new technologies of information and communication. This is innovative in terms of tax incentives in Brazil, once it is not considering the tangible item produced to receive the tax incentive, but is considering the investment in research itself.

This is the example to be followed. Advocacy programs present in diverse institutions around the world shall advocate worldwide incentives connected to the key issue for present and future generations: sustainability. A new approach to tax systems only makes sense if urgent matters such as climate changes, inclusion and diversity are also taken into consideration; if the financial market was able to start reinventing its purpose, it is not difficult to image that taxation, which surged, as seen, for the promotion of the common good, can go even further.

7. Conclusions

In 2018, a quantity around US$ 30 trillion dollars (Gadinis & Miazad, 2019) an amount representing more than one quarter of the investments in the world was already ESG related. Some corporations still resist seeing the advantages of the long term investment in ESG policies and programs basing their skepticism on the cost related amount that would reflect in their bottom lines. Public institutions, governments in general, still fail to perform certain public

[12] In this sense, Law 13.969/19, guarantees that industries, manufactures of goods and IT service providers which accomplish with their respective basic productive processes (PPB) to have financial tax credits calculated over the expense of the same industry incurred in the previous quarter with activities of research, innovation and development.

policies and duties such as in education and health to mention a few. With the common actions of public and private organizations through their common shared area (taxation) communities, society in general would profit from the exponential growth that such sustainable initiatives would take with the proper costs coming from an ESG oriented taxation, with reflections in common taxes that would, in the end, be extracted from the whole and directed to sustainable public programs.

Advocacy programs performed by several institutions around the globe shall include such discussion in their agendas. Without the proper tax incentives, some global programs related to ESG will not be performed globally due to some local lack of incentives[13]. The path is open to be implemented, there is no need of massive discussions and it can be started right away. Tax credits, tax incentives are due to companies that perform more than internal compliance with governance rules, but to the ones that go further developing environmental and social sustainable programs which go beyond the fences of the corporation, causing impact in the communities, the same way (or even in better ways) than the collected taxes, applied to the same programs would do.

The result of the implementation of the tax credit programs in the US is easy to see and numbers are there to constantly support its maintenance. Why a company should be penalized with the costs of the implementation of ESG programs, let´s say, with the inclusion of communities of a certain region into the company's productive process? Should companies be altruist and understand their values and purpose only? ESG programs urge to be long term ones. Investors and shareholders cannot be penalized for trying to exercise their values through their business or investments. A reunion of these two extremely powerful forces will bring lifelong programs to reality.

Taxes are a powerful and ever existing tool; tax reformations must have an urgent approach outside the academy, the closed concepts of this and that format for taxes. It is time to rethink the whole system. It is past time to add forces instead of leaving the system to be evaded. Public and private can implement better programs if together. Tax credits are one

[13] In Brazil for example, there is no tax incentive for the development of electric cars for example. This leads to automobile industries present in several countries inability to comply with their global goals towards the reduction of use of fossil energy for example. There are though several tax incentives and programs, such as PADIS, created by Law 11.484, 2017 and REIDI, created by Law 11.488, 2017, both for solar energy equipment production; REPES, created by Law 11.196, 2015 a tax benefit for companies investing in IT innovation and some scattered benefits provided by states individually creating a reduction of the ICMS tax burden.

powerful way to put programs in place as showed herein, but much more can be done with the proposed new approach.

ESG oriented tax systems engage in the essence the participants towards an understandable goal that the community wants to: participate, pay for the costs and make it happen.

The connection between public and private should engage the parties into a more social and solidarity tax system. The current discussions, either on the minimal global tax or the long due tax reformation in Brazil, the origin, the reason for taxation is still despising the addition of forces with regards to the performance of the common good, the environmental preservation, either natural or even the healthy virtual one; the inclusion, on all its aspects, the implementation of better public educational programs, qualifying people to achieve their best and developing their maximum expression of freedom – which is achieving sense and having access to the sensed needs. All of these can be improved with the common effort and use of tax oriented programs, including tax credits; there is no more time for waiting for isolated initiatives or even for large corporations to dictate what should or not receive investments. The world has already proven its capacity of changing concepts faster than expected and science has proven its capacity to develop new technologies in record time – what then justifies the silence in terms of tax reformation and the maintenance of the same ancient practices around taxation where there is tax imposition, no conversation, no discussion and, as a result, no engagement? The midway and initial path for such changes could pass through the development of environmental and social oriented taxes, connected to specific programs, with no increase in taxation. On the contrary, by creating compensation, increasing engagement between public and private which will result in long-term and potentially more efficient programs reducing the tax burden of those already oriented to ESG practices.

References

Adachi, V. (2021). Capital Reset. Retrieved from https://www.capitalreset.com/suzano-volta-a-captar-us-1-bi-em-divida-esg-com-meta-de-mais-mulheres-na-lideranca-e-economia-de-agua/

Bebchuk, L. A. & Tallarita, R. (2020). The Illusory Promise of Stakeholder Governance. Cornel Law Review, Volume 106 and Harvard Law School John M. Olin Center Discussion Paper 1052. Retrieved from https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3544978

Bennington, A. (2020). Recommendation from the Investor-as-Owner Subcommittee of the SEC Investor Advisory Committee Relating to ESG Disclosure. SEC Investor-as-Owner Subcommittee. Harvard Law School Forum on Corporate Governance. Retrieved from https://docs.google.com/document/d/1etqTpQeJzJy0bmMxrAUz8V2jlq5emhFGCYe6n_drx0/edit

Chanel, E. de C. (2002). La Citoyenneté fiscale. L'Impôt. Arch. Phil. Droit 46. 2002.

Eccles, R. G. & Klimenko, S. (2019). The Investor Revolution. Shareholders are getting serious about sustainability. From the Magazine (May-June 2019). Retrieved from https://hbr.org/2019/05/the-investor-revolution

Edelman Report and the Global Report (2020). Retrieved from https://www.edelman.com/research/trust-2020-spring-update

Friedman, M. (1970). The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits. The New York Times Magazine, September 13, 1970. Copyright @ 1970 by The New York Times Company.

Fisch, J. E. (2018). Making Sustainability Disclosure Sustainable. University of Pennsylvania Law School University of Pennsylvania Law School Penn Law: Legal Scholarship Repository Faculty Scholarship. 1998. Retrieved from https://scholarship.law.upenn.edu/faculty_scholarship/1998/

Fisch, J. E. & Solomon, S. D. (2021). Should Corporations Have a Purpose? Working Paper 510/2020. University of Pennsylvania Carey Law School. Penn Law: Legal Scholarship Repository. Faculty Scholarship at Penn. Retrieved from https://scholarship.law.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3165&context=faculty_scholarship

Fink, L. (2021). Larry Fink´s Letter to CEOs. Retrieved from https://www.blackrock.com/corporate/investor-relations/larry-fink-ceo-letter

Gadinis, S. & Miazad, A. (2019). Vanderbilt Law Review. Corporate Law and Social Risk. Retrieved from https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3441375

Greenfield, K. (2019). Corporations are People Too (And They Should Act Like It). Retrieved from https://corpgov.law.harvard.edu/2019/01/30/corporations-are-people-too-and-they-should-act-like-it/

Hack, E. (2018). CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. Juruá Editora.

Lin, T. C. W. (2018). Incorporating Social Activism. Boston University Law Review, Vol. 98:1535/1605;

Mattson-Teig, B. (2020). Private Equity RE Feels Pressure From Investors to Create ESG Policies. Retrieved from https://www.wealthmanagement.com/investment/private-equity-re-funds-feel-pressure-investors-create-esg-policies

Nabais, J. C. (2005). Solidariedade Social, Cidadania e Direito Fiscal. Solidariedade Social e Tributação. Dialética.

Nabais, J. C. (2008). Estudos de Direito Fiscal: por um Estado fiscal suportável. Coimbra. Almedina.

Pontes, H. C. (2002). Notas sobre o regime jurídico-constitucional das Contribuições de Intervenção no domínio econômico. Grandes Questões Atuais do Direito Tributário, 6º volume. Dialética.

Torres, R. L. (2005). Valores e Princípios no Direito Tributário Ambiental. Direito Tributário Ambiental. Malheiros.

Sacchetto, C. (2005). O Dever de Solidariedade no Direito Tributário: o Ordenamento Italiano. Solidariedade Social e Tributação. Dialética.